

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES – em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de
2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Senhores Acionistas,

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções (**INEPAR**), em recuperação judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRE).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

- i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O PLANO DE RECUPERAÇÃO FOI APRESENTADO NO PRAZO DETERMINADO.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2014, como já comentado no 3ITR14, demonstrou-se um dos anos de maiores desafios para o Grupo Inepar. A queda da atividade econômica nos dois últimos anos, a diminuição dos investimentos em infraestrutura, a crise que atravessa o setor de Óleo e Gás chegou ao seu ápice e o aumento de todos os custos de produção, afetaram diretamente todo o planejamento que a empresa desenvolveu para seu crescimento e retomada para o ano de 2015. Além de todos estes fatores exógenos o status de empresas em recuperação judicial impactou profundamente no acesso a linhas de capital de giro junto ao sistema financeiro e um longo e árduo processo de manutenção da carteira de contratos em vigor.

A nova administração empossada em Setembro de 2014, já dentro do ambiente de Recuperação Judicial, iniciou um forte processo de ajuste interno em todas as empresas do Grupo visando à adequação de suas estruturas a este novo ambiente em que a empresa passou a conviver. O fortalecimento de um centro de serviços compartilhados, o ajuste e adequação da capacidade fabril na IESA Projetos, Equipamentos e Montagens em Araraquara, a manutenção dos principais contratos vigentes na IESA Óleo & Gás, a busca por capital de giro para a manutenção das atividades operacionais e a busca por soluções estratégicas para o melhor uso dos

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ativos existentes no grupo vem consolidando o cenário propício para que, durante o ano de 2015, a Companhia apresente resultados financeiros e econômicos positivos.

O ano de 2014 também foi marcado pela profunda renegociação das dívidas do grupo, através dos assessores Financeiros e Jurídicos do Grupo, Banco Brasil Plural S.A., Felsberg Advogados e Freire, Assis, Sakamoto e Violante Advogados, respectivamente. O processo de recuperação Judicial trouxe à mesa todos os principais credores do Grupo INEPAR, o que permitiu iniciarmos um processo de profunda renegociação dos passivos financeiros existentes visando à adequação da estrutura de capital necessária para as principais empresas do grupo.

Nossa expectativa é que durante o primeiro semestre do ano de 2015 consigamos finalizar todas as negociações com os credores do grupo e consigamos a aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto em 24 de novembro de 2014. Neste plano preconizamos a retomada do Grupo Inepar em fases:

- i. Fase de ajuste na estrutura de capital do grupo – esta fase foi iniciada em Agosto de 2014 com a entrada do Grupo Inepar no ambiente de Recuperação Judicial visando, de forma organizada, alinhar os interesses de todos *stakeholders* do Grupo e buscar uma solução estruturada de adequação do endividamento global das empresas. Para esta fase, foi proposto no Plano de Recuperação Judicial, um processo de *Debt/Equity Swap*, onde se busca uma massiva conversão das dívidas existentes em posições de *equity* ou *equity* equivalente na empresa.
- ii. Fase de adequação do fluxo de caixa do Grupo – Concomitantemente ao trabalho que está sendo desenvolvido junto aos principais credores, também estão sendo desenvolvidas ações para monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa para o ano de 2015. Um dos primeiros resultados obtidos foi à venda de fatia da participação da IESA Projetos Equipamentos e Montagens, em sua Joint Venture com a empresa Triunfo Construtora, a TIISA S.A.
- iii. Durante primeiro semestre de 2015 esperamos consolidar outras operações de fusão e aquisição que trarão importantes impactos positivos em temas críticos ao grupo. Estas ações estão associadas a iniciativas em outras áreas, tal como a consolidação do Programa REFIS, ao qual aderimos em 2014. Todas essas ações nos permitirão liberar penhores em ativos do grupo e concretizar operações com foco em capital de giro.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O fechamento da operação de venda da participação do grupo Inepar na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, é um dos focos neste processo de reestruturação da empresa. Seus benefícios se estendem desde o acesso a recursos para adesão ao REFIS, como nos permitirão consolidar as negociações que estão sendo realizadas com Itiquira Energética e Swiss RE, as quais visam encerrar uma discussão jurídica que se estende há anos no judiciário e que libera, no seu fechamento, penhores judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas também, e talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR.

Outras operações estão sendo analisadas visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais do grupo. Estimamos que, após a aprovação e homologação do plano de Recuperação Judicial, um processo organizado de desmobilização de ativos seja estruturado. Todos os recursos serão utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL - ações já executadas e em andamento

Como forma de acelerar o processo de recuperação da INEPAR é destacada abaixo algumas ações que estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

Societário e Administração

- i. Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar;
- ii. Os sócios fundadores da Inepar deixaram de exercer cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração da empresa.
- iii. Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel como Diretor Presidente (CEO) do GRUPO Inepar, com mandato até 31/12/2015, em substituição a César Romeu Fiedler.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DÍVIDA

(i) Tributário

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014, o que, após a consolidação da dívida da Companhia no âmbito do referido programa, trará substanciais reflexos sobre saldo devedor de tributos federais da Companhia, bem como sobre seu fluxo de caixa. A expectativa é que referido montante seja reduzido, após o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

(ii) Transparência no Balanço

A Companhia informa que, atendendo às ressalvas feitas pelos auditores, revisou os valores do passivo das operações envolvendo CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, razão pela qual efetuou os devidos ajustes com as contrapartes para conciliação dos valores.

OPERACIONAIS

(i) integração das atividades de administração (Centro de Serviços Compartilhados – CSC)

O grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada. Por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. No decorrer do segundo semestre de 2014 a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, que deverá ser consolidado até o fim do primeiro semestre de 2015. Nesse período, a companhia obteve resultados perceptíveis – a exemplo do quadro de funcionários que foi reduzido em mais de 300 pessoas, gerando uma redução de custo superior a R\$50 milhões por ano.

(ii) Revisão das análises contratuais

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Também fruto da segregação das atividades, até o segundo semestre de 2014, o grupo possuía diversos serviços administrativos terceirizados com diferentes companhias. Em busca de ganhos de escala, a companhia buscou concentrar, até o limite do comprometimento da produtividade, trabalhos em apenas algumas companhias/ escritórios (escolhendo sempre os que melhor realizam seus trabalhos). Com isso, o grupo INEPAR almeja melhorar as condições de pagamentos e preços cobrados por esses terceiros selecionados.

(iii) Melhor gestão de *supply chain* e controle de estoque

Em função do novo modelo de vendas, mais voltado a serviços de industrialização, houve uma redução do volume de compras. Desta forma, foi promovida uma centralização das áreas de Suprimentos, Outsourcing e Global Source, cuja racionalização das atividades permitiu um ajuste da equipe ao longo do segundo semestre de 2014, sendo observada uma redução do quadro funcional da ordem de 60%, comparando dez/2014 com dez/2013.

Foi criada e estruturada a área de Gestão de Materiais, que teve o início de suas atividades já em janeiro de 2015. Suas principais atividades são (i) o planejamento e abastecimento dos materiais de estoque, parametrizando o sistema operacional (SAP) com o *lead time*, níveis de segurança e lotes econômicos de aquisição, tornando-se automáticas as emissões de requisições; (ii) acompanhar o giro de materiais estocados, principalmente neste início de monitoramento, dando outro destino aos materiais, cujas movimentações se mostrarem pouco frequentes e (iii) aperfeiçoar a distribuição interna de materiais, racionalizando os centros de distribuição existentes (sub-almoxxarifados), os horários de distribuição e a equipe funcional. Esta nova estrutura da área de Gestão de Materiais contempla uma Central de Cadastro, responsável pelo controle da codificação de cada item a ser inserido no sistema operacional SAP, garantindo desta forma a não duplicidade de códigos, tendo também uma significativa e fundamental participação na padronização de itens junto a Engenharia de Produto, focando a conciliação de itens mais comerciais.

(iv) Ganho na utilização fabril

Ao longo de 2014 a fábrica do grupo INEPAR localizada em Araraquara executou mais de 1,2 milhão de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

usinagem. Esses gargalos além de gerarem custos extras (transportes dos funcionários, novo turno de refeitório, energia, água, entre outros) também são responsáveis por criarem ociosidade em outras atividades da produção ao longo dos outros dois turnos, reduzindo consideravelmente a utilização fabril, que encerrou 2014 com apenas 83%. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, no qual a Andritz Hydro será a principal cliente do grupo, estima-se para 2015 uma queda de 18% na carga total de fábrica, gerando a necessidade de adequação do quadro de funcionários, que deverá ser reduzido, até o final do 1º semestre de 2015, em aproximadamente 20%. Esta adequação mostra-se necessária, para que os custos operacionais sejam compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia, sempre vislumbrando a recuperação e continuidade de suas atividades. Este cenário nos indica melhora nos resultados operacionais a partir do 2º semestre de 2015.

(v) Melhoria contínua dos processos

Todas as metas do processo produtivo estão sendo revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, já se sabe que haverá a necessidade de investimentos (CAPEX), iniciando-se pelos que demandarem poucos recursos financeiros, já a partir do 1º semestre de 2015. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

(vi) Integração do Sistema SAP no processo produtivo

A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo, bem como preparar e implementar ações para contorná-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e, com esses dados, realizar projetos específicos de readequação de processos para que essas perdas sejam reduzidas.

(vii) Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI (*key performance indicator*)

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas como, por exemplo, a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suprimentos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduzir o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (*key performance indicator*) que serão utilizadas na gestão.

A busca pelo ambiente de Recuperação Judicial, realizado em agosto de 2014, previa, além da reestruturação dos passivos do grupo e a proteção de seus ativos durante o processo, a necessidade de um alinhamento global de seus *stakeholders*. O principal objetivo que se espera obter com o processo de recuperação, consolidado na aprovação do plano, é sairmos deste momento delicado com o Grupo Inepar revigorado em sua estrutura de capital, com capacidade e potencial para aproveitar novamente as ondas de investimentos que o Brasil necessita, e certamente voltará a implementar, especialmente na área de infraestrutura.

A mudança na estrutura de capital do Grupo pode ser verificada abaixo com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo, na comparação pré e pós-aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Considerações para simulação do Balanço da INEPAR S.A. Indústria e Construções

PÓS-APROVAÇÃO DO PLANO

O Plano de Recuperação Judicial apresentado em 24/10/2014 e posteriormente aditado em 01/05/2015 tem como objetivo a reorganização da estrutura de capital da empresa, visando permitir à Inepar S.A Indústria e Construções a retomar o caminho de sucesso que a empresa percorreu ao longo de sua trajetória. O tratamento proposto para os passivos do Grupo INEPAR serão descritos abaixo, de forma a demonstrar aos atuais acionistas e demais *stakeholders*, uma simulação da estrutura de capital do Grupo Inepar pós-aprovação do Plano e o tratamento dos passivos conforme nele proposto.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Para simulação de Balanço, considerando a aprovação do Plano, foram convertidas as dívidas de credores classe I e IV conforme opção oferecida, classe II de acordo com a opção E, classe III conforme a opção D - todas essas respeitando o Plano base 24/10/2014. Dos credores de natureza Quirografária, que totalizam R\$1,6 bilhão, foram expurgados da base do Balanço Patrimonial de Dezembro de 2014 e convertidos em Debêntures Perpétuas com classificação no Patrimônio Líquido - este movimento foi considerado uma vez que as Debêntures respeitam as normas para esta classificação.

Para o cálculo do *Equity Value* foi considerado:

- i. Avaliação dos ativos refletindo um *enterprise value* de acordo com o apresentado no Plano de Recuperação Judicial, o que ampliou o ativo imobilizado em R\$309 milhões, intangível em R\$699 milhões, investimento em R\$499 milhões e pleitos junto aos clientes em R\$658 milhões.
- ii. O passivo considerando apenas remanescentes da Recuperação Judicial, tributário em Refis (demais tributos estão em fase de discussão e com pouca probabilidade de exigibilidade).

Após as simulações utilizando as premissas acima apresentadas, a companhia reverteu um Patrimônio Líquido negativo de R\$1,1 bilhão para um positivo de R\$2,8 bilhões, atingindo os objetivos propostos no Plano de Recuperação Judicial. Esta reversão do Patrimônio Líquido permitirá à “Nova INEPAR” condições de retomada e galgar posições de destaque nos setores em que atua.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

SIMULAÇÃO DO BALANÇO da INEPAR S.A. Indústria e Construções pós-aprovação do Plano (Balanço gerencial que não necessariamente segue todas as normas contábeis exigidas pelo IFRS):

Balanço Projetado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Consolidado	Balanço Projetado NOVA INEPAR	Utilizado P/ Cálculo do Equity Value	Não Utilizado P/ Cálculo do Equity Value
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.833	4.833		4.833
Cientes				
Contas a receber de clientes faturados	99.765	99.765		99.765
Contas a receber de clientes a faturar	61.502	61.502		61.502
Títulos e valores mobiliários	32.805	32.805		32.805
Estoques	375.581	375.581		375.581
Títulos a receber	17.929	17.929		17.929
Créditos de impostos	28.090	28.090		28.090
Dividendos a receber	8.582	8.582		8.582
Despesas antecipadas	597	597		597
Outros créditos	33.350	33.350		33.350
Total do Ativo Circulante	663.034	663.034		663.034
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Cientes				
Contas a receber de clientes faturados	36.828	36.828		36.828
Contas a receber de clientes a faturar	482	482		482
Partes relacionadas	158.303	158.303		158.303
Títulos a receber	7.774	7.774		7.774
Títulos e valores mobiliários	70.458	70.458		70.458
Créditos de impostos	140.116	140.116		140.116
Depósitos judiciais	40.089	40.089		40.089
Outros créditos	60.364	60.364		60.364
Mútuos	1	656.221		656.221
Pleitos	2	657.975	657.975	
Investimentos	3	622.574	908.240	213.431
Imobilizado	3	411.502	714.850	6.120
Intangível	3	458.980	1.124.903	33.495
Total do Ativo Não Circulante		4.829.650	3.405.968	1.423.682
Total do Ativo	2.670.504	5.492.684	3.405.968	2.086.716

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

		Consolidado	Balanco Projetado NOVA INEPAR	Utilizado P/ Cálculo do Equity Value	Não Utilizado P/ Cálculo do Equity Value
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	4	205.405	51.063	28.872	22.191
Financiamentos e empréstimos	5	1.123.416	101.416	101.416	
Debêntures	6	566.044	110.083	110.083	
Salários e encargos sociais	7	309.532	172.805	49.317	123.488
Impostos e contribuições a recolher	8	201.331	129.194	129.194	
Dividendos propostos	9	10.739			
Provisão de custos e encargos	10	347.682	347.682		347.682
Provisão para encargos trabalhistas	10	18.038	18.038		18.038
Provisão para impostos diferidos	10	545	545		545
Adiantamentos de clientes	11	190.334	113.184		113.184
Títulos e Outras contas a pagar	12	90.276	25.322		25.322
Total do Passivo Circulante		3.063.342	1.069.333	418.883	650.450
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	5	23.851	559.691	559.691	
Impostos e contribuições a recolher	8	242.547	737.514	338.720	398.793
Partes Relacionadas		10.958	10.959		10.959
Impostos diferidos	10	115.403	115.402		115.402
Provisão para contingências	13	260.301	118.523		118.523
Provisão para passivo a descoberto	10	595	595		595
Provisão de Custos e Encargos	10	2.303	2.303		2.303
Títulos e Outras contas a pagar	12	48.535	10.483		10.483
Total do Passivo Não Circulante		704.493	1.555.471	898.412	657.059
Patrimônio Líquido					
Participação dos minoritários		(8.265)	(8.266)	(8.266)	
Patrimônio líquido da controladora					
Capital social		398.977	398.977	398.977	
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	
Reserva de capital		1.995	1.995	1.995	
Reserva de reavaliação	14	53.767	2.219.725	2.219.725	
Prejuízos Acumulados	15	(1.619.898)	(1.461.928)	(1.461.928)	
Ajuste de avaliação patrimonial		79.166	79.166	79.166	
Debêntures Perpétuas	16		1.641.283	1.641.283	
		(1.089.066)	2.876.145	2.876.145	-
Total do Patrimônio Líquido		(1.097.331)	2.867.880	2.867.880	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.670.504	5.492.684	4.185.174	1.307.510

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Dada a estrutura de passivos, mútuos e avais cruzados entre as empresas que compõe o Grupo Inepar, optou-se por uma Recuperação Judicial conjunta, tratando a totalidade das dívidas do Grupo e criando uma estrutura jurídica de solidariedade das Recuperandas entre si, outra característica do PRJ foi o tratamento dos passivos do grupo de forma consolidada e concentrada na Inepar S.A Indústria e Construções.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Este processo de transferência dos passivos sujeitos ao PRJ das Recuperandas para a Inepar S.A Indústria e Construções ocasionou a criação de novas contas de mútuos no balanço em especial para os passivos da Inepar Administração e Participações S.A., Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. e TT Brasil Estruturas Metálicas S.A., que não fazem parte dos ativos da Inepar S.A Indústria e Construções.

2. No Balanço Patrimonial apresentado em 31/12/2014 a Companhia não inclui os pleitos apresentados para o cálculo de *equity value*. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço simulado da Inepar S.A Indústria e Construções. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes do Grupo Inepar.
3. As linhas de investimentos imobilizado e intangível tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica do Grupo Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.
4. A conta “Fornecedores” apresenta redução em relação aos valores apresentados em 31/12/2014 dado que parte dos passivos representavam dívidas existentes antes do pedido de Recuperação Judicial, classificados como Credores na classe Quirografária e sendo contabilizados após a aprovação do PRJ como Debêntures Perpétuas. Em relação aos débitos remanescentes, são reconhecidos aproximadamente R\$29 milhões como débitos sujeitos ao PRJ e, portanto, como dívida efetiva. Os outros R\$22 milhões considerados como dívidas operacionais deverão ser quitados com a operação e por esse motivo não impactam o cálculo do *equity value* projetado da empresa.
5. Para a constituição da conta de “Empréstimos e Financiamentos” foram consideradas as dívidas extraconcursais (R\$101,4 milhões), Garantia Real

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(R\$532,2 milhões), bem como a dívida remanescente ao acordo de Itiquira (R\$27,5 milhões), descrita no PRJ do Grupo Inepar, sendo as dívidas Quirografárias (R\$513,7 milhões) convertidas em Debêntures Perpétuas. Os saldos apresentados no balanço simulado estão distribuídos entre passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo das respectivas dívidas.

6. Parcela de curto prazo da dívida extraconcursal remanescente, referente às Debêntures de 5ª emissão.
7. A redução dos débitos referentes aos salários e encargos apresenta: (i) créditos classificados como classe III e, portanto, transferidos para as Debêntures Perpétuas; (ii) reclassificação dos débitos de encargos sujeitos a REFIS para a linha de impostos a pagar. Dos débitos reconhecidos aproximadamente R\$49 milhões são dívidas sujeitas ao PRJ, os outros R\$123 milhões são dívidas operacionais ou sob discussão que deverão ser quitadas com a operação e por esse motivo não impactam o cálculo do *equity value* projetado da empresa.
8. A composição da dívida tributária considera: (i) os passivos tributários ainda em discussão; (ii) a adesão aos programas de Refinanciamento Fiscal, junto ao REFIS da Copa e REFIS da Crise, sendo a revisão do saldo tributário convertido de R\$535 milhões para R\$469 milhões, pós consolidação. Para a distribuição dos saldos entre passivo circulante e não circulante foram considerados os respectivos prazos de liquidação das 180 parcelas, sendo adicionalmente incluída ao curto prazo a entrada do financiamento estimada em R\$ 105 milhões, obtidos através do acordo com Andritz Hydro Inepar (AHI), informado no PRJ. Para o cálculo do *equity value* da Companhia apenas foram considerados os débitos referentes ao REFIS.
9. Todos os dividendos propostos foram classificados como créditos Quirografários e, portanto, para efeito de simulação foram transferidos para as Debêntures Perpétuas.
10. Por se tratarem de provisões essas linhas não foram consideradas para o cálculo de *equity value*.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

11. A rubrica “Adiantamento a Clientes” considera: (i) valores adiantados no montante de R\$113 milhões em projetos correntes do Grupo Inepar que serão pagos com a operação e por essa razão, desconsiderados no cálculo de *equity value*; e (ii) contratos cancelados com adiantamentos pendentes no valor de R\$77 milhões que estão classificados como Quirografários tendo seu crédito convertido em Debêntures Perpétuas.
12. São reconhecidos como títulos e outras contas a pagar os valores relacionados às atividades operacionais correntes do grupo. Entretanto, R\$103 milhões são reconhecidos como passivos sujeitos à Recuperação Judicial, sendo tratados como Quirografários conforme o PRJ.
13. Na conta provisões para contingência os valores reconhecidos para potencial perda no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, relacionado ao Processo número 0135394-63.2006.8.26.0100 em fase de execução judicial (Itiquira Energética S.A.) foram subtraídos, dado ao acordo realizado no âmbito da Recuperação Judicial, conforme descrito no PRJ.
14. Na Simulação de Balanço apresentada os ativos do grupo foram reavaliados, conforme previsto na Lei de Recuperação Judicial, e estes valores foram registrados na rubrica de “Reserva de Reavaliação”. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.
15. No prejuízo acumulado foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 acrescido do lucro líquido das reduções de multa e juros por força da consolidação do passivo tributário das Recuperandas no âmbito do REFIS e do acordo firmado com a empresa [Itiquira Energética S/A].
16. Para fins da presente simulação do Balanço todas as dívidas Quirografárias do Grupo Inepar, foram, conforme a opção D do PRJ, convertidas em Debêntures Perpétuas de resultado, sendo registradas no Patrimônio Líquido da Companhia.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no período encerrado em 31/12/2014 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.667	34.464	4.833	97.032
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	5.826	11.029	99.765	185.532
Contas a receber de clientes a faturar	7	10.391	-	61.502	120.630
Títulos e valores mobiliários	8	32.780	118.602	32.805	118.692
Estoques	9	-	8.153	375.581	410.510
Títulos a receber	10	-	17.580	17.929	55.026
Créditos de impostos	11	12.314	15.233	28.090	44.528
Dividendos a receber		-	3.080	8.582	11.280
Despesas antecipadas		3	273	597	6.047
Outros créditos	12	1.586	20.694	33.350	155.005
Total do Ativo Circulante		65.567	229.108	663.034	1.204.282
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	-	-	36.828	-
Contas a receber de clientes a faturar	7	482	26.353	482	26.353
Partes relacionadas	23	33.194	213.019	158.303	131.099
Títulos a receber	10	7.774	37.869	7.774	49.699
Títulos e valores mobiliários	8	11.265	40.941	70.458	105.963
Créditos de impostos	11	101.834	70.571	140.116	92.585
Depósitos judiciais		15.205	13.401	40.089	25.842
Outros créditos	12	-	-	60.364	68
Investimentos	13	528.502	674.004	622.574	703.481
Imobilizado	14	145.124	151.950	411.502	397.373
Intangível	15	391.513	391.513	458.980	460.600
Total do Ativo Não Circulante		1.234.893	1.619.621	2.007.470	1.993.063
Total do Ativo		1.300.460	1.848.729	2.670.504	3.197.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013 REAPRESENTADO	31/12/2014	31/12/2013 REAPRESENTADO
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		19.493	18.478	205.405	153.093
Financiamentos e empréstimos	16	886.122	740.266	1.123.416	1.004.230
Debêntures	17	110.083	28.343	566.044	299.837
Salários e encargos sociais		13.343	6.413	327.570	211.568
Impostos e contribuições a recolher	18	54.376	38.235	201.876	144.023
Dividendos propostos		10.493	10.493	10.739	10.739
Provisão de custos e encargos	19	-	736	347.682	169.374
Adiantamentos de clientes	20	-	-	190.334	286.259
Títulos a pagar	21	30.631	24.569	33.024	27.601
Outras contas a pagar		18.635	28.536	57.252	50.435
Total do Passivo Circulante		1.143.176	896.069	3.063.342	2.357.159
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	16	390	185.465	23.851	280.434
Debêntures	17	-	66.532	-	207.862
Impostos e contribuições a recolher	18	125.459	124.413	242.547	268.429
Partes Relacionadas	23	327.190	528.648	10.958	111.121
Impostos diferidos	22.1	74.197	75.350	115.403	127.615
Adiantamentos de clientes	20	-	2.118	-	2.118
Títulos a pagar	21	26.367	140.434	27.498	62.136
Provisão de custos e encargos	19	2.303	7.031	2.303	7.241
Provisão para contingências	24	221.157	180.189	260.301	100.291
Provisão para passivo a descoberto	25	454.191	-	595	-
Outras contas a pagar		15.096	15.665	21.037	31.179
Total do Passivo Não Circulante		1.246.350	1.325.845	704.493	1.198.426
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Participação dos minoritários		-	-	(8.265)	14.945
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	26	398.977	398.977	398.977	398.977
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		1.995	4.621	1.995	4.621
Reserva de reavaliação		53.767	61.589	53.767	61.589
Prejuízos Acumulados		(1.619.898)	(903.950)	(1.619.898)	(903.950)
Ajuste de avaliação patrimonial		79.166	68.651	79.166	68.651
		(1.089.066)	(373.185)	(1.089.066)	(373.185)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.089.066)	(373.185)	(1.097.331)	(358.240)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.300.460	1.848.729	2.670.504	3.197.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Receita operacional líquida				
28	39.586	44.237	619.331	1.069.064
Custos dos produtos e serviços	<u>(19.319)</u>	<u>(20.897)</u>	<u>(766.801)</u>	<u>(913.719)</u>
Lucro bruto	20.267	23.340	(147.470)	155.345
Receitas [despesas] operacionais	(725.083)	(338.060)	(510.356)	(317.238)
Despesas com vendas	(890)	(1.490)	(23.322)	(20.968)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	(110.697)	758	(124.237)	(1.959)
Administrativas e gerais	(23.876)	(24.249)	(118.103)	(149.627)
Provisões de futuras perdas operacionais	(142.311)	(4.072)	(164.533)	(6.228)
Outras receitas e despesas operacionais	(10.250)	(18.180)	(91.320)	(22.364)
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(437.059)</u>	<u>(290.827)</u>	<u>11.159</u>	<u>(116.092)</u>
Resultado operacional	(704.816)	(314.720)	(657.826)	(161.893)
Despesas financeiras	29 (188.958)	(263.718)	(340.915)	(463.047)
Receitas financeiras	29 117.386	170.488	174.779	194.808
Resultado antes do imposto de renda	(776.388)	(407.950)	(823.962)	(430.132)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2 548	530	1.986	1.840
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2 32.153	2.149	55.109	18.789
Participações administradores/funcionários	(90)	-	(353)	118
Participações acionistas minoritários	-	-	23.443	4.114
Prejuízo do Exercício	(743.777)	(405.271)	(743.777)	(405.271)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	39.892.065	39.892.065		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	<u>63.136.159</u>	<u>63.136.159</u>		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(6.347,71)	(3.706,46)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	<u>(6.982,48)</u>	<u>(4.077,11)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Lucros				Lucros ou (Prejuízos) Acumu- lados	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controlado- res no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Subscrito		Reservas de Capital	Reserva Legal	Ações em Tesouraria	Lucros a Disposição Assembléia		Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2012 - Originalmente apresentada	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(61.133)	67.321	80.231	(5.718)	529.154	19.290	548.444
Ajuste dos Títulos da Dívida Pública							(441.774)				(441.774)		(441.774)
Ajuste REFIS							346.925				346.925		346.925
Ajuste dos Pleitos							(158.356)				(158.356)		(158.356)
Ajuste critério de avaliação do investimento (CEMAT)							(6.489)				(6.489)		(6.489)
Ajuste Financiamento BNDES/CEMAT							(65.141)				(65.141)		(65.141)
Ajuste Financiamento BNDES/PUT							12.702				12.702		12.702
Ajuste Financiamento FINEP							(6.690)				(6.690)		(6.690)
Ajuste Reflexo Debêntures (IEM)							(173.593)				(173.593)		(173.593)
Em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(553.549)	67.321	80.231	(5.718)	36.738	19.290	56.028
Prejuízo do Exercício							(405.271)				(405.271)	(4.115)	(409.386)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CEMAT)							(4.460)				(4.460)		(4.460)
Ajustes de Instrumentos Financeiros									498		498		498
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									(690)		(690)		(690)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	(90)	(90)
Outros Resultados Abrangentes											(192)	(90)	(282)
Resultado Abrangente Total											(409.923)	(4.205)	(414.128)
Distribuição de Dividendos											-	(140)	(140)
Transações de Capital com os Sócios											-	(140)	(140)
Realização da Reserva Reavaliação							5.732	(5.732)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado							5.670		(5.670)		-		-
Em 31 de dezembro de 2013 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	(951.878)	61.589	74.561	(5.910)	(373.185)	14.945	(358.240)
Prejuízo do Exercício							(743.777)				(743.777)	(23.443)	(767.220)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)							4.395				4.395		4.395
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CEMAT)							8.615				8.615		8.615
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (PENTA)							415				415		415
Ajustes de Instrumentos Financeiros										9.043	9.043		9.043
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									5.428		5.428		5.428
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	233	233
Outros Resultados Abrangentes											14.471	233	14.704
Resultado Abrangente Total											(715.881)	(23.210)	(739.091)
Reserva Legal				(2.209)			2.209				-		-
Reserva de Capital			(2.626)				2.626				-		-
Reserva de Lucros						(54.022)	54.022				-		-
Realização da Reserva Reavaliação							7.822	(7.822)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado							3.956		(3.956)		-		-
Em 31 de dezembro de 2014	398.977	(3.073)	1.995	-	(8.303)	-	(1.611.595)	53.767	70.605	8.561	(1.089.066)	(8.265)	(1.097.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado Líquido do Exercício	(743.777)	REAPRESENTADO (405.271)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	13.425	(4.460)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	9.043	498
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	5.428	(690)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	233	(90)
Participação dos Minoritários	(23.443)	(4.115)
Resultado Abrangente do Exercício	(739.091)	(414.128)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(743.777)	(405.271)	(743.777)	(405.271)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	6.829	7.045	22.218	21.291
Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	2.718	6.189	7.627
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	-	-	(3.275)	(201)
Equivalência patrimonial	437.059	290.827	(11.159)	116.091
Baixa dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - FIDC	7.152	-	7.152	5.480
Participação de acionistas minoritários	-	-	23.443	4.114
Variações monetárias e cambiais	69.018	203.259	138.260	330.247
Impostos diferidos	(32.153)	(2.149)	(55.109)	(18.789)
Provisões (Reversões)	141.575	5.083	445.191	129.355
Lucro/Prejuízo do exercício ajustado	(114.297)	101.512	(170.867)	189.944
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	20.683	3.631	133.938	74.057
Estoques	8.153	(568)	34.929	(183.503)
Títulos a receber	47.675	(5.611)	21.301	(8.808)
Dividendos a receber	3.080	874	-	-
Créditos de impostos	3.825	1.845	13.955	(12.499)
Despesas antecipadas	270	(80)	5.450	(4.095)
Outros créditos	17.304	(17.261)	47.112	(35.755)
	100.990	(17.170)	256.685	(170.603)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	1.015	10.651	52.312	73.489
Salários e encargos sociais	6.930	3.397	116.002	102.982
Impostos e contribuições a recolher	17.187	13.351	42.034	38.874
Provisão para impostos diferidos	(1.168)	(1.971)	(12.212)	(8.668)
Dividendos a pagar	-	-	-	166
Adiantamentos de clientes	(2.118)	25	(98.043)	108.251
Títulos a pagar	(27.864)	(792)	(29.215)	(4.213)
Outras contas a pagar	(15.198)	15.499	(60.448)	(29.803)
	(21.216)	40.160	10.430	281.078
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(34.523)	124.502	96.248	300.419
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	-	(874)	40.227	7.822
Aquisições de novos investimentos	-	-	(45.575)	1.015
Baixas de investimentos	-	-	55.269	-
Ganho sobre participações	-	-	3.901	(662)
Títulos e Valores Mobiliários	140.460	(43.649)	151.203	9.328
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(3)	(159)	(15.961)	(124.181)
Operações de mútuos com empresas ligadas	179.825	(36.054)	(27.204)	(54.387)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	320.282	(80.736)	161.860	(161.065)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	27.891	279.732
Estorno de pagamento de empréstimos	-	2.033	-	-
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(105.088)	(103.444)	(261.144)	(432.152)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	(1.284)	(543)	(16.891)	(45.612)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(201.458)	90.030	(100.163)	80.800
Debêntures	(9.726)	(33.622)	-	-
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(317.556)	(45.546)	(350.307)	(117.232)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(31.797)	(1.780)	(92.199)	22.122
Saldo inicial do caixa e equivalentes	34.464	36.244	97.032	74.910
Saldo final do caixa e equivalentes	2.667	34.464	4.833	97.032
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(31.797)	(1.780)	(92.199)	22.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
RECEITAS	6.166	45.826	580.370	1.137.840
Venda de mercadorias, produtos e serviços	41.081	48.869	648.366	1.142.605
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.275)	758	(81.983)	(460)
Outras Receitas / Despesas	4.360	(3.801)	13.987	(4.305)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(225.494)	(49.469)	(923.813)	(626.207)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	(11.333)	(164.634)	(194.964)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(225.494)	(38.136)	(759.179)	(431.243)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(219.328)	(3.643)	(343.443)	511.633
Depreciação e Amortização	(6.829)	(7.045)	(22.218)	(21.298)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(226.157)	(10.688)	(365.661)	490.335
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(319.673)	(120.339)	185.938	78.716
Resultado de Equivalência Patrimonial	(437.059)	(290.827)	11.159	(116.092)
Receitas Financeiras	117.386	170.488	174.779	194.808
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(545.830)	(131.027)	(179.723)	569.051
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	8.822	6.622	222.262	384.727
Salários e encargos	6.298	4.404	158.712	299.020
Benefícios	1.834	1.743	32.645	58.767
FGTS	690	475	30.905	26.940
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	-	3.800	16.981	100.245
Federais	-	3.734	12.514	90.838
Estaduais	-	66	-	66
Municipais	-	-	4.467	9.341
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	189.125	263.822	348.254	493.464
Juros	188.958	263.718	340.915	463.047
Alugueis	167	104	7.339	30.417
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(743.777)	(405.271)	(767.220)	(409.385)
Prejuízo do exercício	(743.777)	(405.271)	(743.777)	(405.271)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(23.443)	(4.114)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(545.830)	(131.027)	(179.723)	569.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O plano de recuperação foi apresentado no prazo determinado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

ATENDIMENTO AO OFÍCIO CVM

Em 23 de setembro de 2013, a Companhia recebeu o Ofício/CVM/SEP/GEA-1 N° 534/2013, datado de 18 de setembro de 2013, por meio do qual era informada do indeferimento dos pedidos de reconsideração formulados, no âmbito dos Processos CVM n°s RJ/10849 e RJ/10850, respectivamente, pela Inepar Energia S.A. (empresa incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial em 2011) e pela Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, acerca dos ajustes a serem feitos nas rubricas de contas a receber de clientes a faturar, nos valores dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa e nos valores da integralização do aumento de capital efetuado em 08 de outubro de 2004 na sociedade Penta Participações e Investimentos Ltda., com a utilização do investimento representativo de 18,11% do capital social das Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT.

O Ofício determinou que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31/12/2012 fossem republicadas com os referidos ajustes bem como reapresentadas as Informações Trimestrais – ITR's posteriores a essa data.

Na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou os ajustes de baixa dos saldos de clientes a faturar e dos Títulos da Dívida Pública, retroativamente nos saldos iniciais das demonstrações financeiras de 2012.

Quanto ao valor do investimento na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT, utilizado para subscrição de capital na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., por decisão da Diretoria da INEPAR no terceiro trimestre de 2014, procedemos a reclassificação do investimento CEMAT do ativo circulante, classificado como “bens destinados a venda”, para o ativo não circulante na conta de investimentos e, como consequência, reconhecemos as equivalências patrimoniais do investimento na CEMAT desde a data de reclassificação para o circulante, nos saldos iniciais das demonstrações financeiras de 2013, até a data de hoje.

REESTRUTURAÇÃO

Como forma de acelerar o processo de recuperação da Inepar várias ações estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

Societário e Administração

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar.
- (ii) Os sócios fundadores da Inepar foram destituídos de cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração da empresa.
- (iii) Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel como Diretor Presidente (CEO) da Inepar, em substituição a César Romeu Fiedler, com mandato até 31/12/2015.

Dívida

(i) Tributário

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014, o que, após a consolidação da dívida da Companhia no âmbito do referido programa, trará substanciais reflexos sobre saldo devedor de tributos federais da Companhia, bem como sobre seu fluxo de caixa. A expectativa é que o referido montante seja reduzido, após o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSSL. Quanto ao pagamento inicial de 20% previsto no Refis, informamos que estamos pleiteando judicialmente a utilização de créditos para a liquidação desta parcela. Os eventuais ganhos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

(ii) Transparência no Balanço

A Companhia informa que, atendendo às ressalvas existentes no relatório dos auditores independentes, revisou os valores do passivo das operações envolvendo CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, razão pela qual efetuou os devidos ajustes com as contrapartes para conciliação dos valores.

Operacionais

(i) **integração das atividades de administração (CSC)** – o grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada. Por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. No decorrer do segundo semestre de 2014 a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, que deverá ser consolidada até o fim do primeiro semestre de 2015. Nesse período, a companhia obteve resultados perceptíveis – a exemplo do quadro de funcionários que foi reduzido em mais de 300 pessoas, gerando uma redução superior a R\$ 50 milhões por ano.

(ii) **Revisão das análises contratuais** – também fruto da segregação das atividades até o segundo semestre de 2014 o grupo possuía diversos serviços administrativos terceirizados com diferentes companhias - como exemplo citamos os escritórios advocatícios, os quais somavam mais de 10. Em busca de ganhos de escala por meio de oferecer mais trabalhos a apenas algumas companhias/ escritórios. Contudo, o grupo iniciou um processo de unificação (escolhendo sempre os que melhor realizam seus trabalhos) dessas atividades em apenas poucas companhias/ escritórios. Com isso, o grupo INEPAR almeja melhorar as condições de pagamentos e preços cobrados por esses terceiros selecionados.

(iii) **Melhor gestão de supply chain e controle de estoque** – Em função do novo modelo de vendas, mais voltado a serviços de industrialização, houve uma redução do volume de compras. Desta forma, foi promovida uma centralização das áreas de Suprimento, Outsourcing e Global Source, cuja racionalização das atividades permitiu um ajuste da equipe ao longo do segundo semestre de 2014, sendo observada uma redução do quadro funcional da ordem de 60%, comparando dez/2014 com dez/2013.

Foi criada e estruturada a área de Gestão de Materiais, com o início de suas atividades implantado a partir de janeiro de 2015. Suas principais atividades serão (i) o planejamento e abastecimento dos

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

materiais de estoque, parametrizando o sistema operacional (SAP) com o *lead time*, níveis de segurança e lotes econômicos de aquisição, tornando-se automática as emissões de requisições; (ii) acompanhar o giro de materiais estocados, principalmente neste início o dos já existentes, dando outro destino aos materiais que não se observarem movimentações frequentes e (iii) otimizar a distribuição interna de materiais, racionalizando os centros de distribuição existentes (sub-almoxarifados), os horários de distribuição e a equipe funcional. A estrutura da área de Gestão de Materiais criada contempla uma Central de Cadastro, responsável pelo controle da codificação de cada item a ser inserido no sistema operacional SAP, garantindo desta forma a não duplicidade de códigos, tendo também uma significativa e fundamental participação na padronização de itens junto a Engenharia de Produto, focando a conciliação de itens mais comerciais.

(iv) **Ganho na utilização fabril** – Ao longo de 2014 a fábrica de Araraquara do grupo INEPAR executou mais de 1,2 milhões de horas, motivando a necessidade de trabalhar em três turnos devido a gargalos em algumas atividades do processo de produção, principalmente usinagem. Esses gargalos além de gerarem custos extras (transportes dos funcionários, novo turno de refeitório, energia, água, entre outros) também são responsáveis por criarem ociosidade em outras atividades da produção ao longo dos outros dois turnos, reduzindo consideravelmente a utilização fabril, que encerrou 2014 com apenas 83%. Com o atual cenário pouco promissor para novas encomendas, onde a Andritz Hydro será a principal cliente do grupo, estima-se para 2015 uma queda na carga total de fábrica, sendo necessário uma readequação no quadro de funcionários previsto para o final do 1º semestre de 2015 devido às dificuldades financeiras que o grupo INEPAR está enfrentando. Esta situação ocasiona um retardo na melhora dos resultados, que deve reagir a partir do 2º semestre de 2015.

(v) **Melhoria contínua dos processos** – Todas as metas do processo produtivo estão sendo revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabe-se que haverá a necessidade de investimentos, CAPEX, dos quais serão implantados a partir do 1º semestre de 2015, iniciando pelos que demandarem poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

(vi) **Integração do Sistema SAP no processo produtivo** – A integração do sistema SAP no processo produtivo, junto com os investimentos nos atuais gargalos, garantirá ao grupo INEPAR uma análise mais profunda de quais são os novos gargalos do sistema produtivo e preparar as implementações para contorná-los. A integração do SAP no processo produtivo também permitirá analisar possíveis perdas de matérias primas em cada uma das atividades e realizar projetos específicos para que essas perdas sejam readequadas/ reduzidas.

(vii) **Consolidação das áreas administrativas e desenvolvimento de KPI** – Desde o início do ano o time de administração de Araraquara tem consolidado áreas, por exemplo: a engenharia de projetos que foi unificada e o outsourcing que foi absorvido pela área de suplementos. Essas consolidações permitiram a companhia eliminar custos atrelados referentes a essas áreas bem como reduzir o quadro de funcionários. Além dessa consolidação de áreas, o grupo INEPAR está em processo de desenvolvimento de ferramentas de KPI (key performance indicator) que serão utilizados na gestão.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Quanto à participação da Companhia na controlada IESA – Projetos Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial, estamos considerando o percentual de 100% em virtude de a mesma apresentar patrimônio líquido negativo.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis das Normas e Práticas de Contabilidade (NPC) numero 17 do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e

(iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

NOTA 4 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, compreendidas pelas demonstrações do resultado, do resultado

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”. Esses ajustes e reclassificações impactaram os saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, o resultado do exercício de 2013 e o resultado acumulado em 31 de dezembro de 2013.

Abaixo quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas informações:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Posição contábil em 31/12/2013	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2013
Controladora				
ATIVO				
Investimentos	(a)	874.202	(200.198)	674.004
PASSIVO				
Financiamentos e Empréstimos	(b)	580.484	159.782	740.266
Provisão para Contingências	(a1)	78.846	101.344	180.190
Prejuízos Acumulados até 2012	(c)	(8.584)	(492.416)	(501.000)
Resultado do exercício de 2013	(c)	(187.618)	(217.653)	(405.271)
RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Equivalência patrimonial	(d)	(173.828)	(116.999)	(290.827)
Despesas financeiras	(e)	(163.064)	(100.654)	(263.718)

a) Efeito líquido dos ajustes na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., cujo investimento na CEMAT passou a ser atualizado pela equivalência patrimonial no montante de R\$ 72.489 e na controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A por conta de ajuste referente ao recálculo da dívida das Debêntures no montante de R\$ 127.709

a1) Provisão constituída em função do Patrimônio Líquido da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. ter ficado negativo por conta do ajuste da dívida das Debêntures (item "a")

b) Ajuste referente ao recálculo das dívidas bancárias de acordo com o contrato original.

c) Efeito dos ajustes itens "a", "a1" e "b".

c) Ajuste referente aos títulos da dívida pública (- R\$ 441.774)

c) Ajuste referente ao REFIS (R\$ 346.925)

c) Ajuste referente aos Pleitos (- R\$ 158.356)

c) Ajuste referente ao recálculo da dívida das Debêntures conforme mencionado no item "a" (- R\$ 173.593)

c) Ajuste referente a reclassificação do investimento CEMAT conforme mencionado no item "a" (- R\$ 6.489)

c) Ajuste referente ao recálculo das dívidas bancárias conforme mencionado no item "b" (- R\$ 59.129)

d) Efeito dos ajustes item "a".

e) Efeito dos ajustes item "b".

		Posição contábil em 31/12/2013	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2013
Consolidado				
ATIVO				
Investimentos/Bens destinados a venda	(f)	203.854	(203.854)	-
Investimentos	(g)	572.116	131.365	703.481
PASSIVO				
Financiamentos e Empréstimos	(b)	844.448	159.782	1.004.230
Debêntures	(h)	70.785	229.052	299.837
Prejuízos Acumulados até 2012	(c)	(255.008)	(243.671)	(498.679)
Resultado do exercício de 2013	(c)	(187.618)	(217.653)	(405.271)
RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Equivalência patrimonial	(d)	(54.552)	(61.540)	(116.092)
Despesas financeiras	(e)	(306.934)	(156.113)	(463.047)

f) Reclassificação de Investimento destinado a venda.

g) Efeito líquido dos ajustes na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. (item "f")

h) Ajuste contabilizado na controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. referente ao recálculo da dívida das Debêntures de acordo com o contrato original.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários (FIDC) são classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo, com a contrapartida diretamente do patrimônio líquido, até sua baixa, quando será reclassificada para o resultado do exercício. O FIDC foi encerrado em 21 de março de 2014.
- d) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- e) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- f) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- g) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Risco de crédito**

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

- **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

- **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

- **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Consolidado IIC

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Descrição	31/12/2014	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Dívida Bancária	28.619	25.426	35.773	42.928
Exposição Líquida - R\$ Mil	28.619	25.426	35.773	42.928
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.774	10.774	10.774	10.774
Taxa Dólar	2,66	2,36	3,32	3,98

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10,7 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução n.º 475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM n.º 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC n.ºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora					Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	17.939	16.525	-	-	34.464	Fornecedores (g)	18.478	18.478
Contas a receber (b)	-	11.029	-	-	11.029	Empréstimos e financ. (h)	740.266	740.266
Titulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	110.001	-	110.001	Debêntures (i)	28.343	28.343
Titulos valores mobiliários (d)	-	8.601	-	-	8.601	Titulos a pagar (j)	24.569	24.569
Titulos a receber (e)	-	17.580	-	-	17.580	Outras contas a pagar (k)	28.536	28.536
Outros créditos (f)	-	-	-	20.694	20.694			
Total Circulante	17.939	53.735	110.001	20.694	202.369	Total Circulante	840.192	840.192
Não Circulante						Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	26.353	-	-	26.353	Empréstimos e financ. (h)	185.465	185.465
Titulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	22.000	-	22.000	Debêntures (i)	66.532	66.532
Titulos valores mobiliários (d)	-	18.941	-	-	18.941	Titulos a pagar (j)	140.434	140.434
Titulos a receber (e)	-	37.869	-	-	37.869	Outras contas a pagar (k)	15.665	15.665
Total Não Circulante	-	83.163	22.000	-	105.163	Total Não Circulante	408.096	408.096
TOTAL GERAL	17.939	136.898	132.001	20.694	307.532	TOTAL GERAL	1.248.288	1.248.288

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora					Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	2.649	18	-	-	2.667	Fornecedores (g)	19.493	19.493
Contas a receber (b)	-	16.217	-	-	16.217	Empréstimos e financ. (h)	886.122	886.122
Titulos e valores mobiliários (d)	-	32.780	-	-	32.780	Debêntures (i)	110.083	110.083
Titulos a receber (e)	-	-	-	-	-	Titulos a pagar (j)	30.631	30.631
Outros créditos (f)	-	-	-	1.586	1.586	Outras contas a pagar (k)	18.635	18.635
Total Circulante	2.649	49.015	-	1.586	53.250	Total Circulante	1.064.964	1.064.964
Não Circulante						Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	-	482	Empréstimos e financ. (h)	390	390
Titulos e valores mobiliários (d)	-	11.265	-	-	11.265	Titulos a pagar (j)	26.367	26.367
Titulos a receber (e)	-	7.774	-	-	7.774	Outras contas a pagar (k)	15.095	15.095
Total Não Circulante	-	19.521	-	-	19.521	Total Não Circulante	41.852	41.852
TOTAL GERAL	2.649	68.536	-	1.586	72.771	TOTAL GERAL	1.106.816	1.106.816

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Consolidado					Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante						Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	40.095	56.937	-	-	97.032	Fornecedores (g)	153.093	153.093
Contas a receber (b)	-	306.162	-	-	306.162	Empréstimos e financ. (h)	844.448	844.448
Titulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	110.001	-	110.001	Debêntures (i)	70.785	70.785
Titulos valores mobiliários (d)	-	8.691	-	-	8.691	Titulos a pagar (j)	27.601	27.601
Titulos a receber (e)	-	55.026	-	-	55.026	Outras contas a pagar (k)	50.435	50.435
Outros créditos (f)	-	-	-	155.005	155.005			
Total Circulante	40.095	426.816	110.001	155.005	731.917	Total Circulante	1.146.362	1.146.362
Não Circulante						Não Circulante		
Contas a receber (a)	-	26.353	-	-	26.353	Empréstimos e financ. (h)	280.433	280.433
Titulos valores mobiliários - FIDC (c)	-	-	22.000	-	22.000	Debêntures (i)	207.862	207.862
Titulos valores mobiliários (d)	-	-	-	83.963	83.963	Titulos a pagar (j)	62.136	62.136
Titulos a receber (e)	-	49.699	-	-	49.699	Outras contas a pagar (k)	31.179	31.179
Outros créditos (f)	-	-	-	68	68			
Total Não Circulante	-	76.052	22.000	84.031	182.083	Total Não Circulante	581.610	581.610
TOTAL GERAL	40.095	502.868	132.001	239.036	914.000	TOTAL GERAL	1.727.972	1.727.972

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Consolidado					Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para Venda	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante						Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	2.839	1.994	-	-	4.833	Fornecedores (g)	205.405	205.405
Contas a receber (b)	-	161.267	-	-	161.267	Empréstimos e financ. (h)	1.123.416	1.123.416
Titulos e valores mobiliários (d)	-	32.805	-	-	32.805	Debêntures (i)	566.044	566.044
Titulos a receber (e)	-	17.929	-	-	17.929	Titulos a pagar (j)	33.024	33.024
Outros créditos (f)	-	-	-	33.350	33.350	Outras contas a pagar (k)	57.252	57.252
Total Circulante	2.839	213.995	-	33.350	250.184	Total Circulante	1.985.141	1.985.141
Não Circulante						Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	37.310	-	-	37.310	Empréstimos e financ. (h)	23.851	23.851
Titulos e valores mobiliários (d)	-	-	-	70.458	70.458	Titulos a pagar (j)	27.498	27.498
Titulos a receber (e)	-	7.774	-	-	7.774	Outras contas a pagar (k)	21.038	21.038
Outros Créditos (f)	-	-	-	60.364	60.364			
Total Não Circulante	-	45.084	-	130.822	175.906	Total Não Circulante	72.387	72.387
TOTAL GERAL	2.839	259.079	-	164.172	426.090	TOTAL GERAL	2.057.528	2.057.528

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

(c) Títulos e Valores Mobiliários - FIDC

Refere-se às quotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, descritos na nota explicativa nº 8, que a Companhia manteve classificado como disponíveis para venda, sendo que os efeitos de ganho ou perdas referentes ao reconhecimento do seu valor justo foram registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. O FIDC foi encerrado em 21 de março de 2014.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 8 itens “b” e “c”.

(e) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos valores decorrentes de créditos sobre alienações de participações, corrigidos pela variação do IGP-M e com vencimentos até 2015, desta forma, seus valores contábeis refletem os valores de mercado.

(f) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

(g) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(i) Debêntures

O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(j) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

(k) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 6- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Bancos Conta Movimento	18	17.939	1.994	40.095
Aplicação Financeira	2.649	16.525	2.839	56.937
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.667	34.464	4.833	97.032

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

NOTA 7 - CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Clientes Interno	28.633	43.833	228.909	336.946
Clientes Externo	8	8	2.565	13.248
Empresas Ligadas	-	-	246	208
PCLD (Provisão para Perdas)	(11.942)	(6.459)	(33.143)	(17.887)
Total	16.699	37.382	198.577	332.515
Circulante	16.217	11.029	161.267	306.162
Não circulante	482	26.353	37.310	26.353

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
FIDC (a)	-	132.002	-	132.002
GFS Premium - Debêntures	-	8.599	-	19.287
Debêntures Ibrafem (b)	11.189	10.271	70.382	64.604
Outras Aplicações e Títulos (c)	32.856	8.671	32.881	8.762
	44.045	159.543	103.263	224.655
Circulante	32.780	118.602	32.805	118.692
Não circulante	11.265	40.941	70.458	105.963

a) O Fundo foi constituído em 30 de Abril de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Constituição do Antera Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados de Operações Comerciais, Industriais e/ou de Prestação de Serviços” e seu regulamento foi registrado no 6º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo-SP, sob nº 1548524. A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 04 de agosto de 2008, sob o n.º CVM/SER/RFD/2008/041 para as Quotas Seniores e sob o n.º CVM/SER/RFD/2008/042 para as Quotas Subordinadas, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução da CVM n.º 444/06, de 08 de dezembro de 2006 e da Instrução CVM n.º 400/03, de 29 de dezembro de 2003.

Em 21 de março de 2014, através da Assembleia Geral de Cotistas foi deliberado pelo encerramento do FIDC.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) O valor de R\$ 70.382 no consolidado (R\$ 64.604 em 31/12/2013) refere-se, principalmente a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes a Inepar e 38.740 debêntures pertencentes a Iesa Transportes S.A. - em Recuperação Judicial.

Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, emitida em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

c) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda, cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS). Os valores serão pagos em 94 parcelas com vencimentos mensais a partir de 05/10/2014.

NOTA 9 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos em elaboração	-	-	1.236	106.828
Insumos e materiais	-	-	157.498	119.993
Adiantamentos a fornecedores	-	8.153	78.889	87.360
Importações em andamento	-	-	137.958	96.329
	-	8.153	375.581	410.510

O saldo de estoques em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 10 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Venda de Ativos e Investimentos (a)	-	16.122	-	24.065
Venda de participações (b)	-	26.279	-	26.279
Créditos com terceiros (c)	7.774	7.775	7.774	15.277
Créditos com Prefeitura de Chapecó (d)	-	-	17.912	-
Créditos com Inepar Administração e Participações	-	2.902	-	2.902
Créditos com Sadefem (e)	-	914	-	34.009
Outros créditos	-	1.457	17	2.193
	7.774	55.449	25.703	104.725
Circulante	-	17.580	17.929	55.026
Não circulante	7.774	37.869	7.774	49.699

a) Valores a receber decorrentes, principalmente, da venda de participações em investimentos em segmentos de negócios fora da área estratégica da Companhia, no exercício de 2014 a empresa procedeu

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao encontro de contas e a liquidação dos saldos entre as empresas do Grupo Inepar que se encontram em recuperação judicial.

b) Refere-se ao valor da venda da participação na controlada Itaguaí Energia S.A., para Emídio Mendes, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, e Outras Avenças, firmado em 24 de maio de 2011, acrescido de atualização monetária pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a., Instrumento este substituindo o anterior, decorrente do não cumprimento dos termos previstos em contrato pela Riviera Brasil Negócios e Participações Empresariais Ltda.

No exercício de 2014 foi constituída provisão para perdas tendo em vista o não cumprimento do acordo entre as partes.

c) Os valores lançados na rubrica de créditos com terceiros referem-se, principalmente, aos créditos contra a DNOS – Depto Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão favorável.

d) O valor de R\$ 17.912, lançado no consolidado no exercício de 2014, refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

e) O valor de R\$ 34.009, lançado no consolidado em 2013, refere-se aos créditos da controlada Iesa Óleo & Gás S/A, com a empresa Sadefem Estruturas Metálicas S/A, cujos saldos foram transferidos para a conta de mútuo no exercício de 2014.

NOTA 11 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e cont. social diferido (a)	17.953	18.574	17.953	18.574
Impostos e contribuições a compensar	4.350	4.357	8.872	7.631
ICMS a recuperar	53	53	2.073	4.519
IPI a recuperar	974	1.675	1.355	2.299
Pis/Cofins Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	15.737	16.156	20.566	18.382
Impostos e contribuições retidos na fonte	154	154	6.398	20.430
IRPJ Diferido s/ Diferenças Temporárias	41.355	17.702	64.709	31.229
CSLL Diferido s/ Diferenças Temporárias	14.888	6.373	23.295	11.243
Demais Créditos (c)	10.245	12.321	14.546	14.367
	114.148	85.804	168.206	137.113
Circulante	12.314	15.233	28.090	44.528
Não circulante	101.834	70.571	140.116	92.585

a) Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos, na controladora, referem-se aos créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social reconhecidos até o montante dos débitos da provisão de IRPJ e CSLL constituída em 2004 sobre a Reserva de Reavaliação (nota 22.1).

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil.

c) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento a Empregados	133	33	2.435	3.178
Créditos com empresas constit. em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Conta Corrente TIISA	-	-	-	5.384
Adiantamento a Fornecedores	1.013	351	1.053	10.060
ND a Emitir / Receber	-	3.249	500	3.228
Valores a Receber Sadefem (b)	-	-	-	87.524
Valores a Receber - venda participação TIISA (c)	-	-	60.335	-
Prefeitura de Chapeco (d)	-	-	-	17.288
Manaus Energia S.A. (e)	-	11.209	-	11.209
Créditos com a Central Cia. Transporte (f)	-	-	16.293	-
Outros	440	5.852	4.251	8.355
	1.586	20.694	93.714	155.073
Parcela Circulante	1.586	20.694	33.350	155.005
Parcela Não Circulante	-	-	60.364	68

- a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).
- b) Refere-se ao saldo da conta corrente mantido com a Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial. Em 01/10/2014, o saldo foi transferido para a conta de mútuo.
- c) Refere-se à venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial.
- d) Refere-se à ação de cobrança movida contra a Prefeitura do Município de Chapecó, onde obtivemos ganho de causa em definitivo. O crédito está registrado na controlada Penta Participações Ltda, e no exercício de 2014, foi reclassificado para títulos a receber.
- e) Refere-se à ação de cobrança movida contra a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., onde obtivemos ganho de causa em definitivo.
- f) Refere-se a ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Participação em controladas/coligadas (a)	363.136	415.955	423.757	444.743
Saldo de ágio apurado em Investimento (b)	162.374	162.374	162.374	162.374
Bens não operacionais (c)	376	376	376	376
Propriedade para Investimentos (d)	-	80.143	32.765	80.143
Outros investimentos (e)	2.616	15.156	3.302	15.845
	528.502	674.004	622.574	703.481

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					31/12/2014	31/12/2013
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. (i)	200.809	(253.541)	(342.679)	(321.542)	-	62.080
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	146.174	53.498	(9.832)	(4.916)	26.749	31.665
Companhia Brasileira de Diques S.A. (iii)	2.637	345.612	(15.970)	(7.940)	171.838	175.878
Penta Participações e Investimento Ltda. (iv)	230.601	162.984	7.622	7.622	162.984	146.332
Inepar Equip. e Montagens S.A.	191.423	(200.650)	(99.307)	(99.307)	-	-
Innovida Participações S.A.	12.541	1.565	(8.204)	(10.976)	1.565	-
				(437.059)	363.136	415.955

	Quantidade de ações		Participação em %	Participação no capital votante em %
	possuídas (em milhares)	Participação		
	O. N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	29.047	-	50,00	50,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA apresentar Patrimônio Líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, a Inepar constituiu provisão até o limite do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 25.

(ii) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

a) Aumento de Capital

a1) A acionista Inepar S.A. Indústria e Construções subscreveu e integralizou 6.246.331 ações, parte em bens devidamente avaliados no valor de R\$ 8.769 e parte em notas promissórias, estas no total de R\$ 20.638, vencendo a primeira nota promissória em 30/06/2008, no valor de R\$ 10.715, sendo que a

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mesma foi liquidada na mesma data do seu vencimento, e o saldo dividido em 10 notas promissórias, vencendo a primeira em 31/12/2008 e as demais nos anos seguintes.

As notas promissórias vencidas em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013 e 31/12/2014 encontram-se quitadas.

A2) Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2014, foi deliberado o aumento do Capital Social no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais).

O Juíz da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara concedeu liminar em favor da INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES (“INEPAR”) suspendendo os efeitos da deliberação de aumento de capital no importe de sessenta milhões de reais aprovada em Assembleia geral extraordinária da ANDRITZ HYDRO INEPAR DO BRASIL S.A. (“AHI”), da qual a INEPAR é acionista, Assembleia aquela ocorrida em 24/07/2014.

A liminar foi mantida no último dia 04/11 pelo Desembargador Fortes Barbosa do Tribunal de Justiça de São Paulo que somente delimitou sua abrangência no sentido de tornar indisponível momentaneamente as novas ações subscritas e também momentaneamente suspender o direito de voto correspondente às referidas ações.

O recurso de agravo interposto será definitivamente julgado dentro de algumas semanas em decisão colegiada que contará com a participação de outros dois Julgadores além do Desembargador Fortes Barbosa. Ainda não há data prevista para o julgamento.

Com base nesta liminar a INEPAR não efetuou a contabilização dos efeitos deste aumento de capital na empresa Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., permanecendo desta forma registrada a participação referente a 50% menos uma ação.

(iii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ATA da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. foi reduzida para 49,72%.

(iv) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT.

b) Saldo de ágio apurado em investimento

Refere-se ao ágio apurado sobre recompra de 44.997.530 ações preferenciais da Inepar Energia S.A.(sociedade incorporada) junto ao BNDESPAR, por conta do exercício de direito de venda estipulado no contrato de “*put option*”. Este ágio está fundamentado por expectativa de rentabilidade futura nas operações das Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT, principal operação da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., e foi apurado com base em Laudo apresentado por empresa especializada.

c) Bens não operacionais

Referem-se a imóveis (terrenos) de propriedade da Companhia.

d) Propriedade para Investimentos

Correspondem aos imóveis localizados nas cidades de Magé e Macaé no Estado do Rio de Janeiro e em São Vicente no Estado de São Paulo, que foram transferidos pela controlada indireta IESA Óleo & Gás

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

S.A. – em Recuperação Judicial. Conforme distrato de 01/10/2014, os imóveis acima foram devolvidos a IESA Óleo & Gás S.A.-em recuperação judicial.

e) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
	0%	25%	10% a 40%	10%		2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2013									
Custo	20.129	202.761	25.109	2.440	12	8.637	5.007	3.989	268.084
Depreciação acumulada	-	(76.249)	(23.425)	(2.412)	(12)	(7.280)	(4.989)	(1.767)	(116.134)
Valor contábil líquido	20.129	126.512	1.684	28	-	1.357	18	2.222	151.950
Adições	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Baixas	-	-	(48)	(13)	-	-	(69)	-	(130)
Depreciação	-	(4.005)	(194)	(4)	-	(2.617)	(9)	-	(6.829)
Baixas da Depreciação	-	-	48	13	-	-	69	-	130
Transferências	-	(4.946)	-	(1)	-	4.948	(1)	-	-
Saldo Final	20.129	117.561	1.490	23	-	3.688	11	2.222	145.124
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	20.129	197.815	25.061	2.426	12	13.585	4.940	3.989	267.957
Depreciação Acumulada	-	(80.254)	(23.571)	(2.403)	(12)	(9.897)	(4.929)	(1.767)	(122.833)
Valor contábil líquido	20.129	117.561	1.490	23	-	3.688	11	2.222	145.124
Consolidado									
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 14%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2013									
Custo	22.941	215.612	242.756	9.775	2.161	12.809	22.173	80.095	608.322
Depreciação Acumulada	-	(79.932)	(99.346)	(7.069)	(1.611)	(8.779)	(12.445)	(1.767)	(210.949)
Valor contábil líquido	22.941	135.680	143.410	2.706	550	4.030	9.728	78.328	397.373
Adições	6.800	21.022	6.982	592	-	(1.221)	248	5.989	40.412
Baixas	-	-	(11.052)	(304)	-	-	(134)	-	(11.490)
Depreciação	-	(6.227)	(10.303)	(440)	-	(2.868)	(1.480)	-	(21.318)
Baixas da Depreciação	-	-	5.860	251	-	288	126	-	6.525
Transferências	-	(4.947)	(2.748)	(1)	-	7.516	180	-	-
Saldo Final	29.741	145.528	132.149	2.804	550	7.745	8.668	84.317	411.502
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	29.741	231.687	235.938	10.062	2.161	19.104	22.467	86.084	637.244
Depreciação Acumulada	-	(86.159)	(103.789)	(7.258)	(1.611)	(11.359)	(13.799)	(1.767)	(225.742)
Valor contábil líquido	29.741	145.528	132.149	2.804	550	7.745	8.668	84.317	411.502

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 15 – INTANGÍVEL

CONTROLADORA	Controladora					Total
	Marcas e Patentes	Acervo Técnico	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%		20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2013						
Custo	247	5.000	937	33.025	425.485	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(400)	(3.447)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	5.000	537	29.578	425.485	391.513
Saldo Final	-	5.000	449	28.046	425.485	391.513
Em 31 de Dezembro de 2014						
Custo	247	5.000	937	34.076	425.485	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(488)	(6.030)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	5.000	449	28.046	425.485	391.513

CONSOLIDADO	Consolidado					Total
	Marcas e Patentes	Acervo Técnico	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%		20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2013						
Custo	247	5.000	937	33.025	425.485	464.694
Amortização acumulada	(247)	-	(400)	(3.447)	-	(4.094)
Valor contábil líquido	-	5.000	537	29.578	425.485	460.600
Adições	-	-	-	1.051	-	1.051
Amortização	-	-	(88)	(2.583)	-	(2.671)
Saldo Final	-	5.000	449	28.046	425.485	458.980
Em 31 de Dezembro de 2014						
Custo	247	5.000	937	34.076	425.485	465.745
Amortização Acumulada	(247)	-	(488)	(6.030)	-	(6.765)
Valor contábil líquido	-	5.000	449	28.046	425.485	458.980

No valor de R\$ 425.485 no consolidado lançado na rubrica de ágio sobre investimentos, está incluso do valor de R\$ 33.972 referentes à compra da participação, em 2011, na TIISA – Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. No exercício de 2013, foi feito trabalho para alocação do preço de compra pago na aquisição da TIISA, que identificou que o ágio pago devia-se integralmente à expectativa de rentabilidade futura.

O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Ágio sobre Investimentos, refere-se à compra, em 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, as companhias TIISA e CBD não serão mais contempladas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ágios serão integralmente classificados e apresentados no intangível.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Em 26 de março de 2014, foi realizado pela empresa M&CA Consultores de Empresas, laudo de avaliação econômico financeira, constatando-se que o investimento permanece com o mesmo valor de mercado.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções.

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio	-	-	14.114	11.890
Arrendamentos Financeiros	-	-	12.602	6.698
Ativo Permanente	528.262	497.471	697.124	701.623
Capital de Giro	71.918	151.760	115.422	194.889
Investimento	285.942	91.728	285.942	91.728
Custos com transf. Financeiras	-	(693)	(1.788)	(2.598)
Total Circulante	886.122	740.266	1.123.416	1.004.230

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Modalidade				
Arrendamentos Financeiros	-	-	9.949	12.961
Ativo Permanente	390	11.985	1.990	20.665
Capital de Giro	-	3.635	12.221	77.991
Investimento	-	169.849	-	169.849
Custos com trans. Financeiras	-	(4)	(309)	(1.032)
Total de Empréstimos e Financiamentos	390	185.465	23.851	280.434
	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em renegociação	885.909	668.249	946.309	697.812
Em até 12 meses	213	72.018	94.205	306.419
De 1 a 2 anos	390	11.532	87.814	95.890
De 2 a 3 anos	-	11.163	18.939	17.657
De 3 a 4 anos	-	20.903	-	24.418
De 4 a 5 anos	-	25.140	-	25.742
Acima de 5 anos	-	116.726	-	116.726
Total de Empréstimos e Financiamentos	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reais - R\$	886.512	925.731	1.118.648	1.260.386
Dólar Norte-Americano - US\$	-	-	28.619	24.278
Total de Empréstimos e Financiamentos	886.512	925.731	1.147.267	1.284.664

Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo renegociados, e, por serem classificados como quirografários, não estão

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo atualizados até que seja aprovado o plano de recuperação em assembleia prevista para o dia 13 de maio de 2015.

Classificação	31/12/2014	31/12/2014
	Controladora	Consolidado
Quirografários	398.181	512.232
Extraconcursal	-	92.458
Garantia Real	488.331	542.577
Total	886.512	1.147.267

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,66 em 31 de Dezembro de 2014 (R\$ 2,34 em 31 de dezembro 2013).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

16.1 - Reestruturação da Dívida BNDES

Em decorrência de propostas enviadas e discutidas com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para reestruturação e equacionamento do passivo financeiro e em virtude do sucesso de negociações já concluídas como as da "put option"; do refinanciamento das debêntures da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A.; e, da liquidação das debêntures da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., todas com deságios de multa e mora, a Companhia, usando o mesmo critério das negociações já concluídas, efetuou um ajuste nos cálculos de correção no contrato de financiamento de aquisição da participação acionária na Companhia Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT.

Por decisão da Diretoria, neste exercício foram estornados os ajustes efetuados nos cálculos de correção e registrados os encargos previstos no contrato.

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/ CONSOLIDADO)

Emissão	Empresa	Saldo	Adições/	Varição	Saldo
		31/12/2013	Baixas	Monetária	31/12/2014
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	94.875	(9.726)	24.934	110.083
SALDO CONTROLADORA (CP e LP)		94.875	- 9.726	24.934	110.083
1ª	Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	412.824	-	43.137	455.961
SALDO CONSOLIDADO (CP e LP)		507.699	(9.726)	68.071	566.044

Na Controladora

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª AGE, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

(i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;

(ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;

(iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e

(iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão;

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais da amortização programada serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Em 31 de dezembro de 2014, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 110.083.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No Consolidado

Primeira emissão Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial (subsidiária integral)

Em novembro de 1998, foram emitidas e totalmente subscritas 48.571 debêntures de série única, conversíveis em ações preferenciais, com garantia flutuante, no montante de R\$ 36.810.

A emissão das debêntures foi aprovada nas 4.^a e 5.^a AGE de 19 de agosto e de 09 de outubro de 1998, respectivamente, e registrada na CVM sob o n.º SEP/GER-2/DCA-98/043, em 19 de novembro de 1998. Através da Ata da 27^a Assembleia Geral Extraordinária, a Inepar Equipamentos aprovou o reescalonamento dos débitos junto ao BNDES, assumindo o compromisso de efetuar a amortização dos débitos em 120 prestações mensais, acrescidos de juros de 4% a.a acima da TJLP.

Em 31/12/2014 apresentava o saldo de R\$ 455.961 (R\$ 183.772 em 31/12/2013).

O aumento no saldo das debêntures em 31/12/2014 deve-se as atualizações efetuadas de acordo com as cláusulas contratuais do contrato original, desconsiderando o acordo aprovado na 27^a AGE de 09 de junho de 2011, citada no parágrafo anterior. As atualizações estavam sendo reconhecidas com base em acordos informais com o BNDES levando-se em consideração os sucessos nas negociações anteriores onde foram excluídas, principalmente, as aplicações de multa e mora sobre os valores devidos.

NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	114.724	104.928	188.100	171.604
ICMS a recolher/Parcelamentos	32.095	29.977	33.942	31.214
INSS a recolher/Parcelamentos	3.346	3.117	98.748	95.199
PIS/COFINS Diferidos	387	316	11.331	24.354
ISS a recolher/Parcelamentos	6.596	6.298	16.703	15.364
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	17.290	13.345	67.154	55.804
Impostos e Contribuições retidos na fonte	-	-	2.704	2.420
IRPJ e CSLL Parcelamento	-	-	6.577	5.880
Outros	5.397	4.667	19.164	10.613
	<u>179.835</u>	<u>162.648</u>	<u>444.423</u>	<u>412.452</u>
Circulante	54.376	38.235	201.876	144.023
Não Circulante	125.459	124.413	242.547	268.429

(a) Utilizando os benefícios estabelecidos pela Lei nº 12.865 de 09 de Outubro de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, e a Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, solicitaram nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa consolidação de débitos foi efetuada com o apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados no passivo circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 na controladora e R\$ 346.925 no consolidado, dos quais R\$ 259.357 na controladora e R\$ 324.263 no consolidado foram imputados a exercícios anteriores a 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos consolidados incluídos no parcelamento original.

O valor de R\$ 188.100, referente ao total dos débitos consolidados está composto pelas Companhias:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial	114.724
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	37.070
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	36.306
TOTAL	188.100

Em 25/08/2014, a empresa, com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos. Os débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013, foram migrados para os parcelamentos da Lei nº 12.996 e após a consolidação do parcelamento, teremos reduções significativas das dívidas tributárias. Quanto ao pagamento inicial de 20% previsto no refis informamos que estamos pleiteando judicialmente a utilização de créditos para a liquidação desta parcela. Os eventuais ganhos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 19 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS s/Receitas	2.303	3.285	7.290	20.914
ISS s/Receitas	-	3.746	1.169	7.402
Custos a Incorrer	-	736	341.526	148.299
	2.303	7.767	349.985	176.615
Circulante	-	736	347.682	169.374
Não Circulante	2.303	7.031	2.303	7.241

O valor de R\$ 341.526, no consolidado refere-se principalmente, ao projeto Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás, cujo contrato encontra-se suspenso aguardando negociação junto ao cliente Petrobrás.

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 21 - TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (a)	5.154	6.423	5.154	6.423
Cia. Siderúrgica Nacional (b)	23.299	21.797	23.299	21.797
ZF Hurt (c)	-	-	3.524	3.496
IESA Óleo & Gás S.A. (d)	-	80.143	-	-
Inepar Administração e Participações S.A. (e)	-	55.780	-	55.780
AAP - Atlântico Agropastoril Ltda (f)	27.420	-	27.420	-
Outros	1.125	860	1.125	2.241
	56.998	165.003	60.522	89.737
Circulante	30.631	24.569	33.024	27.601
Não Circulante	26.367	140.434	27.498	62.136

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Valores devidos à Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.(nova razão social da GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta da subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela foi liquidada em 31/12/2008 e as demais em 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013 e 31/12/2014.
- b) Refere-se ao processo Judicial movido pela CSN. O passivo foi constituído em 1998 pela compra da participação da Fem, formando assim a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens, atual Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. Em 27 de março de 2009, foi assinado entre a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, definindo novos valores e condições de pagamentos.
- c) Refere-se à importação de materiais utilizados na execução do contrato do Metrô-SP, pela controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. A Companhia negociou novas condições de pagamento.
- d) Valores a pagar referentes a Compra de Imóveis de Macaé, São Vicente e Magé adquiridos da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial. Em 01/10/2014 os referidos imóveis foram devolvidos.
- e) O valor de R\$ 55.780, refere-se a assunção da dívida da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial pela compra da participação na TIISA – Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. Em 01/10/2014, a empresa efetuou encontro de contas para liquidação dos saldos entre as empresas do Grupo Inepar que se encontram em recuperação judicial.
- f) Refere-se à compra de Direitos Creditórios com vencimentos mensais, à partir de 05/10/2014 até 05/07/2022. Estes Direitos Creditórios serão utilizados para liquidação de processos tributários.

NOTA 22 – IMPOSTOS DIFERIDOS

22.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos				
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	
Em 31 de dezembro de 2013	18.574	24.075	42.649	18.574	57.432	(656)	75.350	
Constituição dos Tributos	-	32.168	32.168	-	-	15	15	
Baixa dos Tributos	(620)	-	(620)	(622)	(546)	-	(1.168)	
Em 31 de dezembro de 2014	17.954	56.243	74.197	17.952	56.886	(641)	74.197	

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2013	18.574	42.472	61.046	18.574	7.567	5.083	76.505	19.886	127.615
Constituição dos Tributos	18.922	39.276	58.198	-	2.372	304	-	413	3.089
Baixa dos Tributos	(620)	(12.667)	(13.287)	(622)	(4.674)	-	(2.025)	(7.980)	(15.301)
Em 31 de dezembro de 2014	36.876	69.081	105.957	17.952	5.265	5.387	74.480	12.319	115.403

22.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro	(776.388)	(407.950)	(823.962)	(430.132)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	181.301	101.560	264.853	60.100
Resultado de Equivalência Patrimonial	(148.600)	(98.881)	(207.758)	(39.471)
IRPJ / CSLL no Resultado	32.701	2.679	57.095	20.629
Tributos Correntes	548	530	1.986	1.840
Tributos Diferidos	32.153	2.149	55.109	18.789
Alíquota Efetiva	4,21%	0,66%	-6,93%	-4,80%

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. No exercício de 2014 a empresa procedeu ao encontro de contas e a liquidação dos saldos habilitados como quirografários entre as empresas do grupo Inepar que se encontram em Recuperação Judicial, através da

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cessão de créditos entre as empresas, compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

A ratificação dos lançamentos efetuados será submetida à aprovação pela Assembleia dos Credores.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de Dezembro de 2014:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de Clientes		Mútuos	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	766	766	-	-
Penta Participações Ltda	-	-	105	63.116
Inepar Equip. e Mont. S.A.	-	-	-	11.365
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	1.500
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	-	-	-	91.715
Inepar Trading S.A.	-	-	-	29.671
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	2.146	-
Afac Companhia Brasileira de Diques S.A.	-	-	15.000	15.000
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	-	-	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.400	-
Afac Penta Participações S.A.	-	-	9.891	-
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	-	646	646
	766	766	33.194	213.019
	Dividendos a Receber		Titulos a Receber	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Penta Participações Ltda	-	3.080	-	-
	-	3.080	-	-
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Titulos a Pagar		Mútuo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	-	-	1.101	23.110
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	1.993	1.912	-	-
IESA Óleo & Gás S.A.	-	-	55.984	128.348
Inepar Equip. e Mont. S.A.	-	-	270.085	314.790
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	-	62.380
Demais Empresas	-	-	20	20
	1.993	1.912	327.190	528.648
	Passivo Não Circulante			
	Titulos a Pagar			
	31/12/2014	31/12/2013		
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	3.161	4.511		
IESA Óleo & Gás S.A.	-	80.143		
Inepar Administração e Participações S.A.	-	55.780		
	3.161	140.434		
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receitas Financeiras		Despesas Financeiras	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	3.302	3.673	-	-
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	-	642	751
IESA Óleo & Gás	739	-	6.985	8.181
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	-	144
Inepar Equip. Mont S.A	599	639	-	-
Inepar Trading S.A.	1.370	1.655	-	-
Penta Participações Ltda	4.896	4.757	-	-
	10.906	10.724	7.627	9.076

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

	Saldo 31/12/2013	Adições/ Baixas	Varição Monetária	Saldo 31/12/2014
ATIVO				
Empresas				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	11.365	(11.964)	599	-
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A.	91.715	(95.017)	3.302	-
Inepar Trading S.A.	29.671	(31.041)	1.370	-
Inepar Innovida Participações S.A.	1.500	(1.500)	-	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.	15.000	-	-	15.000
Penta Participações Ltda.	63.116	(67.907)	4.896	105
IESA - Óleo & Gás S.A	-	(739)	739	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	2.146	-	2.146
AFAC - Penta Participações Ltda.	-	9.891	-	9.891
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	-	5.400	-	5.400
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	-	6
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	-	646
	213.019	(190.731)	10.906	33.194
PASSIVO				
IESA - Óleo & Gás S.A (a)	128.348	(79.349)	6.985	55.984
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A.	23.110	(22.009)	-	1.101
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (b)	314.790	(44.705)	-	270.085
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	(642)	642	-
Inepar Administração e Participações S.A.	62.380	(62.380)	-	-
Inepar Innovida - Sistemas Construtivos S.A.	9	-	-	9
Inepar Innovida Participações S.A.	1	-	-	1
Demais Empresas	10	-	-	10
	528.648	(209.085)	7.627	327.190

- Refere-se aos valores a pagar decorrentes da compra de 86.659 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Diques pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, cujo crédito foi transferido para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial.
- Refere-se a transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	CONTROLADORA	
	Possível	Provável
Trabalhistas	402	28.474
Tributárias	122.519	7.423
Cíveis	193.312	185.260
	316.233	221.157

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhistas – reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 28.876 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento. Neste semestre, efetuamos baixa de alguns processos que serão incluídos no Refis.

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Processos em Discussão Judicial

a) A Companhia foi parte em um processo arbitral instaurado no âmbito de um contrato de construção de uma usina hidrelétrica. No referido processo, a Companhia alegou razões imprevistas de ordem topográfica e geológica, surgidas no curso da execução das obras civis de engenharia. No processo, a Companhia pretendeu o ressarcimento dos custos extraordinários incorridos e adicional de prazo para execução dos trabalhos. O proprietário da usina não atendeu a pretensão da Companhia, rescindiu unilateralmente o contrato e ocupou o canteiro de obras. Naquele momento, noventa e cinco por cento (95%) das obras já se encontravam concluídas, inclusive de acordo com relatório da ANEEL, sendo que os principais equipamentos encontravam-se 100% fornecidos e instalados, restando apenas a montagem de alguns poucos itens, além de parte das obras civis. Foi então instaurado procedimento arbitral, sendo que a proprietária da usina apresentou reconvenção, na qual pretendia receber as multas contratuais e ressarcimento dos custos pagos a terceiros para a conclusão das obras. Entre os três árbitros nomeados, um deles votou favoravelmente à Inepar, através de fundamentos sólidos e consistentes, reconhecendo o direito da Companhia. No entanto, os outros dois árbitros votaram desfavoravelmente à empresa, decidindo pela obrigação de ressarcimento ao proprietário da usina por conta das multas contratuais e principalmente despesas que supostamente teriam sido gastas com terceiros para conclusão das obras. Ocorre que tais fundamentos utilizados pelos dois árbitros que votaram desfavoravelmente à Inepar são absolutamente inconsistentes. Apenas para se ter uma idéia, referidos árbitros reconheceram em favor do proprietário da usina custos para a conclusão de 6,55% das obras (saldo de escopo deixado pela Inepar) em quantia superior ao valor devido contratualmente à Inepar pelo avanço da execução das obras realizadas pela empresa (93,45%).

Diante de uma série de flagrantes vícios identificados na sentença arbitral, e pelo próprio voto divergente citado acima, a Companhia ajuizou ação judicial de nulidade da sentença arbitral junto ao Poder Judiciário. Na opinião dos assessores jurídicos da Inepar, estes entendem pelo êxito possível da mencionada ação judicial e com base nesta opinião a Inepar não vinha contabilizando uma provisão específica para esta demanda. Este ano, no entanto, decidiu-se pela contabilização do valor de R\$141 milhões por conta do entendimento da administradora judicial Deloitte de fazer constar a dívida na Lista de Credores do Grupo Inepar. Contudo, a Inepar insurgiu-se contra a inclusão através de impugnação de crédito oferecida perante o Juízo da Recuperação, ainda pendente de julgamento.

Em relação ao processo de execução, aguarda-se ainda o julgamento em conjunto dos embargos opostos pela Inepar e da ação de nulidade.

b) A Companhia foi condenada em um processo arbitral estrangeiro movido pela empresa italiana SPIE ENERTRANS, tendo a sentença já sido homologada no Brasil pelo Superior Tribunal de Justiça, estando neste momento em fase de execução perante a Justiça Federal de São Paulo, execução aquela que por sua vez continua suspensa em razão do deferimento do pedido de recuperação judicial da

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia no último dia 15 de setembro pelo Juízo da Primeira Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Cível da Comarca de São Paulo - Capital.

NOTA 25 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31/12/2014, a Companhia constituiu provisão para passivo a descoberto no valor total R\$ 454.191 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital Social e Destinação dos Resultados

O Capital Social integralizado é de R\$ 398.977, formado por 39.892.065 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

c) Destinação Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 27 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado por Ação	31/12/2014	31/12/2013
	REAPRESENTADO	
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	(472.419)	(257.413)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(271.358)	(147.858)
	(743.777)	(405.271)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	63.136
Quantidade de ações ordinárias emitidas	39.892	39.892
Total	103.028	103.028
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(7,483)	(4,077)
Ação ordinária	(6,802)	(3,706)

NOTA 28 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Vendas Mercado Interno	41.081	49.809	359.883	914.452
Vendas Mercado Externo	-	-	284.846	237.925
(-) Devoluções e Abatimentos	-	(939)	(5.522)	(8.100)
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.495)	(4.633)	(19.876)	(75.213)
Receita de Vendas	39.586	44.237	619.331	1.069.064

NOTA 29 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Despesas Financeiras				
Juros s/impostos e contribuições	(17.486)	(10.550)	(52.634)	(32.671)
Juros/Despesas bancárias	(92.239)	(197.213)	(200.788)	(356.859)
Fianças bancárias	(546)	(249)	(546)	(249)
Atualizações de Mútuos Passivos	(7.627)	(9.076)	(359)	(1.621)
Variação monetária passiva	(26.967)	(21.371)	(27.549)	(22.833)
Outras despesas financeiras	(44.072)	(4.977)	(48.055)	(18.208)
Variações cambiais	(21)	(20.282)	(10.984)	(30.606)
	(188.958)	(263.718)	(340.915)	(463.047)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.798	5.037	12.173	11.180
Receitas atualização debêntures	1.072	2.173	5.931	6.506
Juros auferidos	314	953	986	976
Variações monetárias ativas	10.971	4.463	12.427	4.542
Atualizações de Mútuos Ativos	11.043	11.475	11.618	15.284
Outras receitas financeiras	92.113	137.146	119.395	137.976
Variações cambiais	75	9.241	12.249	18.344
	117.386	170.488	174.779	194.808
	(71.572)	(93.230)	(166.136)	(268.239)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estão incluídos nas despesas financeiras os valores referentes, principalmente a:

- Atualização dos empréstimos e financiamentos;
- Atualização das debêntures;
- Atualização monetária dos impostos e contribuições vencidos, bem como sobre os valores dos impostos parcelados;

Os valores de receitas financeiras referem-se às atualizações sobre títulos e valores mobiliários, rendimento sobre aplicação financeira e descontos obtidos.

NOTA 30 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu “seguros performance”, que garantem o ressarcimento de até R\$ 111.098 de eventuais multas contratuais.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	157.000	De 10/10/2014 a 10/10/2015

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 157.000

NOTA 31 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Salários	4.204	3.770	167.464	284.587
Gastos Previdenciários	1.733	1.436	28.031	79.213
Participação nos resultados	230	143	230	8.814
Total	6.167	5.349	195.725	372.614
Número de Empregados	75	95	3.074	6.012

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 32 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas para 2014 foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Remuneração Conselho	300	276	332	344
Remuneração de Diretores	3.540	2.051	13.856	13.364
Previdência Privada	-	-	249	302
Total	3.840	2.327	14.437	14.010

NOTA 33 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado Em 31 Dezembro de 2014	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	Isa- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	133.963	42.940	26.040	441.786	644.729
Impostos/Deduções	(946)	(1.481)	(6.187)	(16.784)	(25.398)
Custos dos Produtos e Serviços	(215.692)	(28.524)	(15.375)	(507.210)	(766.801)
Margem Bruta	(82.675)	12.935	4.478	(82.208)	(147.470)

NOTA 34 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Circulante	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Clientes	16.699	37.382
AVP s/Clientes	(44)	(38)
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	16.655	37.344
Fornecedores	19.493	18.478
AVP s/Fornecedores	(47)	(698)
Saldo de Fornecedores	19.446	17.780

Demonstração do Resultado	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente	(743.777)	(405.271)
Receita Bruta – Ajuste	(44)	(38)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	47	698
Receitas Financeiras		
. AVP Clientes	43	36
Despesas Financeiras		
. AVP Fornecedores	(27)	(164)
Ajuste dos Impostos Diferidos		
. Constituição do Ajuste	(1)	(224)
. Realização do Ajuste	(6)	44
Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente	(743.765)	(404.919)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 35 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, realizou no exercício de 2015, as seguintes alienações de ativos, que foram devidamente aprovadas pelo Juiz da Recuperação:

- Andritz Hidro Inepar do Brasil S.A.

Através do contrato de compra e venda de ações assinado em 13/02/2015, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, alienou a totalidade de sua participação acionária à favor da Andritz Brasil Ltda. Em 17/04/2015, o juiz responsável pela Recuperação Judicial, autorizou a referida transação.

- Inepar Telecomunicações S.A.

A Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, celebrou, sob condição suspensiva da homologação judicial do plano, instrumento particular de compra e venda de ações, assinado em 26/12/2014, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação acionária à WPH Participações e Empreendimentos S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Ricardo Woitowicz – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Marcelo Alves Varejão

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Fomos contratados para examinar também as demonstrações contábeis consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis

i) Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, em conjunto com sua controladora Inepar Administração e Participações S.A. e outras empresas do Grupo, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, que foi deferido em 15 de setembro de 2014. A decisão que deferiu o pedido de recuperação também estipulou a apresentação do plano de recuperação judicial para o dia 24 de novembro de 2014, o que foi cumprido pela Companhia. A Assembleia Geral de Credores foi convocada para o dia 24 de fevereiro de 2015. Ao ser instaurada a Assembleia, um dos credores solicitou a suspensão da mesma, que, colocada em votação, foi aprovada, suspendendo-a até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores, a Assembleia foi posteriormente adiada para 13/05/2015.

Dessa forma, a Companhia está em fase de aprovação do plano de recuperação judicial, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista a aprovação ou não do Plano de Recuperação Judicial por parte dos credores. Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações contábeis foram preparadas, assim como os ativos e passivos classificados e valorizados, presumindo a continuidade normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia apresenta passivo à descoberto de R\$ 1.089.066 mil em 31 de dezembro de 2014 e prejuízo no exercício de 2014 no montante de R\$ 743.777 mil. Dessa forma, o pressuposto de continuidade adotado na preparação das demonstrações contábeis dependerá da aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia de Credores e da demonstração da viabilidade da continuidade por parte da administração da Companhia.

ii) Mútuo a receber de pessoa ligada – Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2014, encontra-se registrado, no grupo de Partes Relacionadas, ativo não circulante, saldo de mútuo de R\$ 131.026 mil com a sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A., também em recuperação judicial. A realização deste saldo está vinculada a aprovação do plano de recuperação judicial das Companhias pela Assembleia de Credores e à demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte de sua administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo – SP

iii) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às Demonstrações Contábeis, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 11.189 mil e de R\$ 70.382 mil nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, respectivamente, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a aprovação do plano de recuperação judicial da Sadefem e demais Companhias pela Assembleia de Credores e à demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte de sua administração.

iv) Encontro de contas de saldos quirografários entre empresas ligadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às Demonstrações Contábeis, a Companhia procedeu ao encontro de contas e a liquidação de determinados saldos, habilitados como quirografários no processo de recuperação judicial, entre empresas do Grupo Inepar. Tais liquidações foram efetuadas através de cessão de créditos entre as empresas, da compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. A validade dessas compensações e liquidações, por se tratarem de quirografários, dependerá de aprovação pela Assembleia dos Credores.

v) Parcelamento de impostos e contribuições a recolher

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas, através da Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), solicitaram inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão, nas demonstrações contábeis do exercício de 2013, de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo – SP

No entanto, os débitos inclusos no parcelamento não estavam em consonância com o determinado pela referida Lei e a reversão de passivos foi efetuada de forma inadequada.

Também conforme descrito na nota explicativa nº 18 às Demonstrações Contábeis, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, essa adesão ainda não foi homologada pela Secretaria da Receita Federal, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações contábeis.

vi) Saldos registrados na rubrica de Estoques nas demonstrações contábeis consolidadas

Não foi realizada pela administração da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. a contagem física de seus estoques no encerramento do exercício de 2014. Não foi possível nos satisfazermos por meios alternativos quanto às quantidades em estoques de insumos e de materiais existentes em 31 de dezembro de 2014, que estão registradas no balanço patrimonial consolidado, no grupo do ativo circulante, conforme detalhado na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, por R\$ 130.206 mil. Até a data de emissão deste relatório, a administração da Companhia estava realizando as contagens físicas com vistas à apuração das quantidades efetivamente existentes e à regularização dos saldos contabilizados. Em função disso, não foi possível determinarmos se haveria ajustes nos saldos de estoques registrados nessa data, assim como nos correspondentes montantes de custo dos produtos vendidos que impactaram as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa.

vii) Saldos registrados na rubrica de Contas a Receber nas demonstrações contábeis consolidadas referentes a participações em consórcios

Encontra-se registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, na rubrica de Clientes Internos, grupo do ativo circulante, detalhado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, saldo de R\$ 52.155 mil referente à participação minoritária da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. em negócios constituídos na forma de Consórcios. Não foi possível obtermos evidência de auditoria suficiente sobre esses saldos registrados, motivo pelo qual não foi possível determinarmos se haveria ajustes sobre os mesmos, assim como nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa.

www.bakertillybrasil.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis Individuais

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Ênfases

a) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas incorporando os seguintes aspectos:

- Reclassificação do saldo do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossenses – Cemat, detido pela controlada Penta Participações e Investimentos Ltda., do grupo de investimentos destinados à venda para o grupo de investimentos permanentes, bem como alteração do critério de avaliação para o método da equivalência patrimonial.
- Provisão para participação no passivo à descoberto da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial - gerado pelo ajuste do saldo das debêntures de sua emissão pelas condições de remuneração originalmente contratadas.
- Ajuste referente ao recálculo das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social de acordo com as condições de encargos previstas no contrato original.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Auditamos e concordamos com esses ajustes.

ii) Integralização de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros. As notas promissórias vêm sendo liquidadas nas datas estipuladas, tendo a última liquidação ocorrido em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

a) Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. No entanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração.

b) Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentadas

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentadas foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 10 de março de 2014, contendo as ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Ressalvas

- i) Investimento destinado à venda e respectivo ágio na aquisição – Centrais Elétricas Matogrossenses

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia mantém saldo de R\$ 203.854 mil (R\$ 203.854 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas registrado em Investimentos / Bens Destinados à Venda, Ativo Circulante, referente a participação de sua controlada Penta Participações e Investimentos Ltda. na Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT que, conforme deliberado pelo Conselho de Administração no ano de 2004, está destinada à venda.

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia mantém saldo de R\$ 162.374 mil (R\$ 162.374 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrado em Investimentos, Ativo Não Circulante, referente a ágio apurado em investimento na empresa Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada no ano de 2011) fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT.

Com base nos estudos técnicos que nos foram apresentados, não nos foi possível concluir sobre adequação dos valores registrados nem, tampouco, sobre suas perspectivas de realização. Dessa forma, os prazos e valores de realização dos referidos ativos poderão ser diferentes dos atualmente registrados.

Em 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 4 às Demonstrações Contábeis, o valor do investimento referente a participação da Penta na Cemat foi reclassificado do Grupo de Investimento destinado à venda para o Grupo de Investimentos permanente e passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial mediante a rerepresentação das demonstrações contábeis de 2013.

Quanto ao ágio apurado em investimento na Inepar Energia S.A. fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, nos foi apresentada análise que suportou a recuperabilidade do ativo registrado.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo – SP

- ii) Reestruturação de dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia vem negociando proposta de reestruturação de sua dívida junto ao BNDES. Considerando o sucesso na negociação de parte deste passivo, que excluiria a aplicação de multa e mora sobre os valores devidos, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2011 os efeitos da redução, no montante de R\$ 110.195 mil, de sua dívida relativa ao contrato de financiamento para aquisição de participação nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A, usando para tanto os mesmos critérios das negociações anteriores. Considerando as condições estipuladas em contrato, o valor da redução registrada, atualizada até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 165.851 mil. Até o encerramento de nossos exames sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, não nos foi apresentada documentação que formalize a conclusão da negociação.

Em 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às Demonstrações Contábeis, o saldo foi ajustado, mediante reapresentação das demonstrações contábeis de 2013, para refletir as condições originais previstas em contrato.

- iii) Parcelamento especial – Lei nº 12.865/13

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, amparada pela Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) solicitou nova inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados nos passivos circulante e não circulante, no montante de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, dos quais R\$ 259.357 mil nas demonstrações individuais e R\$ 324.263 mil nas demonstrações contábeis consolidadas foram imputados a exercícios anteriores a 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos incluídos no parcelamento original. Até o momento de emissão deste relatório de opinião, referida solicitação não havia sido deferida e homologada pela Receita Federal do Brasil, dessa forma não temos como concluir sobre a adequação da reversão de passivos efetuada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo – SP

Conforme descrito no item iv) do tópico Base para abstenção de opinião deste relatório, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, a adesão ainda não está confirmada, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

Ênfases

i) Títulos e Valores Mobiliários – FIDC

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, encontram-se registrados em 31 de dezembro de 2013 na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, no grupo do Ativo Circulante, saldos de R\$ 110.001 mil (R\$ 56.058 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 110.001 mil (R\$ 86.149 mil em 2012) nas demonstrações consolidadas. Na mesma rubrica, no grupo do Ativo Não Circulante, encontram-se registrados saldos de R\$ 22.000 mil (R\$ 28.029 mil em 2012) nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 22.000 mil (R\$ 43.074 mil em 2012) nas demonstrações contábeis consolidadas, todos referentes a cotas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC. Não foram comercializadas cotas subordinadas no mercado, sendo todas elas de propriedade da Inepar Indústria e suas investidas. Conforme descrito na mesma nota explicativa, o prazo de amortização das cotas é de 6 anos, em parcelas semestrais a partir de 28/12/2009, tendo sido amortizada apenas a primeira parcela referente as cotas subordinadas. Os direitos creditórios do referido Fundo incluem créditos vencidos e não pagos nas datas originais de vencimento, objetos de discussão judicial os quais encontram-se registrados pelo seu valor de custo de aquisição, que considera a chance de êxito pelo advogado externo e respectivo deságio de acordo com o valor estimado de realização. Devido à natureza dos direitos creditórios, os mesmos possuem riscos relacionados à sua realização, bem como ao seu valor de realização. Conseqüentemente, poderão ter seus valores de realização diferentes dos estimados na data-base de 31 de dezembro de 2013.

Em 21 de março de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 8, o FIDC foi encerrado. Seus ativos foram analisados, classificados contabilmente conforme sua natureza e os ajustes necessários registrados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

ii) Reestruturação financeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. Assim, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia está buscando significativa diminuição no nível de alavancagem, através da renegociação de prazos e condições de dívidas com instituições financeiras e da venda e realização de ativos, como os mencionados nas notas explicativas nºs 6 e 13. O êxito deste processo de reestruturação permitirá à Companhia fazer face aos compromissos assumidos com credores em geral, recompor o seu patrimônio líquido e o seu capital de giro e realizar novos investimentos.

Em 2014, em função da deterioração da situação financeira da Companhia e suas controladas, foi ajuizado pedido de recuperação judicial conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis.

iii) Evento subsequente – venda de participação em controlada

Conforme descrito na nota explicativa nº 27, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 11 de fevereiro de 2014, a Companhia vendeu sua participação de 74,6% no capital social da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. à INEPAR Telecomunicações S.A., pelo valor de R\$ 451.541 mil, que, conforme Contrato de Compra e Venda, deverá ser utilizado para futuro aumento de capital pela Companhia na Inepar Telecomunicações S.A.

Subsequentemente, mediante ação judicial movida por um credor da Companhia, a operação de venda foi cancelada.

iv) Integralização de capital na controlada em conjunto Andritz Hydro Inepar

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia, no primeiro trimestre de 2008, subscreveu ações ordinárias nominativas na coligada Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. A integralização ocorreu mediante cessão de máquinas e equipamentos e de entrega de notas promissórias com vencimentos futuros.

As notas promissórias vêm sendo quitadas nas datas previstas, tendo a última liquidação ocorrido em 31 de dezembro de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

v) Processo arbitral com terceiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 25, a Empresa é parte de processo arbitral com terceiros relativo a contrato de construção de uma usina hidrelétrica, em que foi condenada a ressarcir a proprietária da usina por multas contratuais. No entanto, em razão de uma série de vícios no processo arbitral, a Inepar S.A. Indústria e Construções impetrou ação judicial de nulidade da sentença, obtendo decisão favorável na 18ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. Em função da opinião de seus consultores jurídicos sobre o êxito na ação judicial, a Inepar não contabilizou provisão específica para esta demanda.

Em 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 24 às Demonstrações Contábeis, por orientação do Administrador Judicial, foi constituída provisão para contingência no montante de R\$ 141.000 mil.

vi) Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar S.A. Indústria e Construções, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Em 2014, com as alterações efetuadas pelo International Accounting Standard Board no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, as IFRS passaram a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

São Paulo, 29 de abril de 2015.

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador – CRC-1SP166001/O-3

Celso Luiz da Costa Lobo
Contador – CRC-1SP251526/O-6

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CRC-2SP016754/O-1

www.bakertillybrasil.com.br



Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-011 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3800 e Fax: (11)5504-3805



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, no uso de suas atribuições legais, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S. datado de 30 de abril de 2015, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, e os parágrafos de ênfases e as ressalvas apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, assim como, em decorrência da abstenção de opinião sobre as Demonstrações Consolidadas, os conselheiros por unanimidade optam pela abstenção de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Curitiba, 30 de abril de 2015



Adrian Monge Jara



Camille Curi



José Higinio Buczenko



Arthur Tornatore Siessere

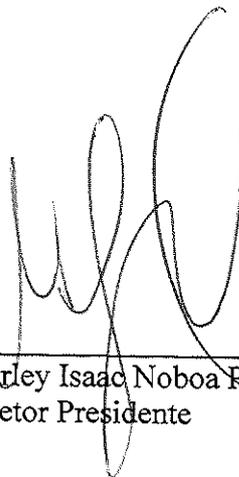


Rubens Gerfig

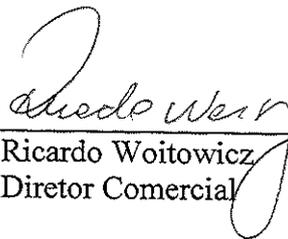
DECLARAÇÃO

Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda dos Jurupis, nº 455 10º Andar – Moema – São Paulo-SP, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 29 de Abril de 2015.



Warley Isaac Noboa Rimentel
Diretor Presidente

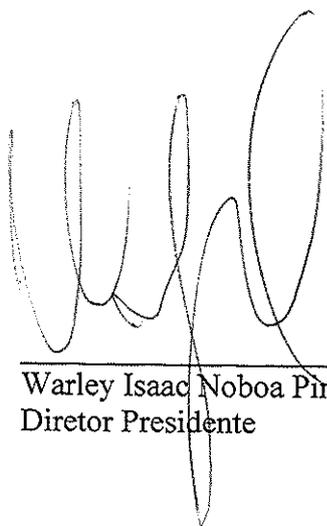


Ricardo Voitowicz
Diretor Comercial

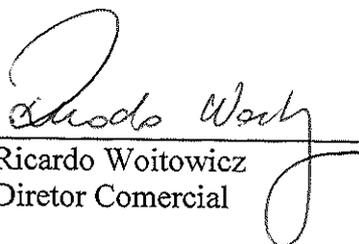
DECLARAÇÃO

Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda dos Jurupis, nº 455 10º Andar – Moema – São Paulo-SP, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 29 de Abril de 2015.



Warley Isaac Noboa Pimentel
Diretor Presidente



Ricardo Voitowicz
Diretor Comercial